

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

LARISSA MARIA ZIMNOCH

**A RELAÇÃO ENTRE NICARÁGUA E ESTADOS UNIDOS NO SEGUNDO
PERÍODO DE PRESIDÊNCIA DE DANIEL ORTEGA (2007-2018)**

Porto Alegre

2019

LARISSA MARIA ZIMNOCH

**A RELAÇÃO ENTRE NICARÁGUA E ESTADOS UNIDOS NO SEGUNDO
PERÍODO DE PRESIDÊNCIA DE DANIEL ORTEGA (2007-2018)**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Luis Gustavo Mello Grohmann

Porto Alegre

2019

CIP - Catalogação na Publicação

Zimnoch, Larissa Maria
A RELAÇÃO ENTRE NICARÁGUA E ESTADOS UNIDOS NO
SEGUNDO PERÍODO DE PRESIDÊNCIA DE DANIEL ORTEGA
(2007-2018) / Larissa Maria Zimnoch. -- 2019.
79 f.
Orientador: Luis Gustavo Mello Grohmann.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Relações
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Nicarágua. 2. Estados Unidos. 3. Dependência. 4.
Cooperação Sul-Sul. I. Mello Grohmann, Luis Gustavo,
orient. II. Título.

LARISSA MARIA ZIMNOCH

**A RELAÇÃO ENTRE NICARÁGUA E ESTADOS UNIDOS NO SEGUNDO
PERÍODO DE PRESIDÊNCIA DE DANIEL ORTEGA (2007-2018)**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, 11 de dezembro de 2019.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Luis Gustavo Mello Grohmann – Orientador
UFRGS

Prof. Dra. Sofia Isabel Vizcarra Castillo
UFRGS

Prof. Dr. Henrique Carlos de Oliveira de Castro
UFRGS

*Dedico esse trabalho a todos que acreditam e lutam para uma educação, pública,
gratuita e libertadora, especialmente, à minha grande mestra
Sonia Maria Ranincheski*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao Estado brasileiro e as políticas públicas de ações afirmativas, que permitiram a mim e a tantos outros ingressarem no ensino superior. Agradeço a UFRGS, que se tornou casa e me mostrou muito mais do que apenas conteúdos acadêmicos. Ao BIS, por ter me guiado até o curso de Relações Internacionais e por tanto ter me ensinado. Ao CESPRI, por ter sido um espaço de tantos adjetivos e de tamanho conteúdo que não caberiam em uma folha, mas principalmente por ter me acolhido. Em nem um segundo em todas as nossas reuniões, cafés ou noites de *pizza* ou jogos senti que aquele não era meu espaço. Mas isso não seria possível a professora Sonia Maria Ranincheski, que me mostrou a importância e o sentido do estudo em suas palavras e ações, a importância do trabalho coletivo, de nunca deixar de sonhar, de ser íntegro em suas decisões e por ter o sorriso mais iluminado da FCE. Viver o luto foi o ensinamento mais doloroso que deixou para nós. Suas palavras se multiplicam em cada um dos (muitos) que tocou. Agradeço ao Henrique por toda coragem, persistência e ensinamentos. Agradeço ao Gustavo, que topou abraçar tantas orientações de um dia para o outro e executou sua função de orientador da melhor forma possível. Agradeço imensamente a todos que me ajudaram com esse trabalho, seja com indicações de bibliografia, desabafos, revisões ou dicas, especialmente a Roberta, Adriana e Débora, por toda a atenção.

Agradeço aos “Trouxas” por todas as vezes que foram espaço de risadas e desabafos, e ao Sobas, que mesmo relapsa, nunca deixaram de me acolher. Ao meu grupo de “cachorrinhos”, Airton e Raíssa, por todo amor infinito que me passam, toda a paciência e aprendizado. A Ana, por todo suporte mútuo. E a todos os demais, que aqui não estão listados apenas por falta de espaço, por terem contribuído com a minha caminhada.

Agradeço a quem esteve comigo nesse caminho desde cedo. A minha família, por todo suporte, principalmente a minha mãe, meu maior exemplo de força e resiliência que deu sua vida para as suas filhas terem as oportunidades que não teve. Agradeço a Gabi, que desde a escola me acompanha nas risadas, desabafos e indignações. Agradeço ao meu companheiro Ricardo, por tanto amor, cuidado, ajuda, paciência, por me apoiar em todas as minhas decisões e por ficar tão feliz com todas as minhas conquistas, que não teriam sido possíveis sem o seu suporte. Agradeço a todos que acreditaram em mim quanto nem eu mesma acreditava.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar a relação entre a Nicarágua e os Estados Unidos (EUA) no século XXI, focando do período em que Daniel Ortega retorna a presidência da Nicarágua. A metodologia consistiu em revisão crítica de material acadêmico e jornalístico sobre o tema, análise de discurso e dados quantitativos relevantes a pesquisa. Dessa forma, a análise do trabalho estendeu-se de 2007 a 2018, ano em que a crise no país se acentua. Para o estudo consistente do tema, examinou-se a política interna da Nicarágua, focando nas alterações da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), em contraste com o período revolucionário. Entendeu-se como necessário o estudo do partido devido ao seu protagonismo durante a Revolução na década de 1980, em um contexto de forte combate com os EUA. Em relação aos EUA, observou-se a constituição de sua política externa em relação a América Latina e as principais estratégias durante os três presidentes que passaram pela Casa Branca no período analisado. Por fim, aprofundou-se na questão da relação entre os dois países, identificando as principais estratégias da política externa nicaraguense, a dependência econômica que limita as ações do país e a trajetória da relação com os EUA. Percebeu-se que a Nicarágua buscou contrapesos a presença norte-americana, aliando-se a países anti-estadunidenses, a manutenção da retórica contra imperialista do período revolucionário e a piora da relação entre a Nicarágua e os EUA ao longo do período estudado, dentro do plano norte-americano de enfraquecimento da Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA).

Palavras-chaves: Nicarágua, FSLN, Estados Unidos, dependência, Cooperação Sul-Sul.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar la relación entre Nicaragua y los Estados Unidos (EE. UU.) en el siglo XXI, centrándose en el período en que Daniel Ortega regresa a la presidencia de Nicaragua. La metodología consistió en la lectura de material académico y periodístico sobre el tema, análisis del discurso y datos cuantitativos relevantes para la investigación. Así, el análisis del trabajo se extendió de 2007 a 2018, año en que se acentúa la crisis en el país. Para el estudio consta del tema, examinó la política interna de Nicaragua, centrándose en los cambios del Frente Sandinista de Liberación Nacional (FSLN), en contraste con el período revolucionario. El estudio del partido se entendió como necesario debido a su protagonismo durante la Revolución en la década de 1980, en un contexto de fuerte combate con los Estados Unidos. En relación con los Estados Unidos, se observó la constitución de su política exterior en relación con América Latina y las principales estrategias durante los tres presidentes que pasaron por la Casa Blanca durante el período analizado. Finalmente, profundizó el tema de la relación entre los dos países, identificando las principales estrategias de la política exterior nicaragüense, la dependencia económica que limita las acciones del país y la trayectoria de la relación con los Estados Unidos. Se observó que Nicaragua buscaba contrarrestar la presencia de los Estados Unidos aliarse con países anti-estadounidenses, mantener la retórica antiimperialista del período revolucionario y empeorar la relación entre Nicaragua y los Estados Unidos durante el período en estudio. del plan de Estados Unidos para debilitar la Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América (ALBA).

Palabras clave: Nicaragua, FSLN, Estados Unidos, dependencia, Cooperación Sur-Sur.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Linha do tempo	15
Figura 2 - Importância da ALBA	54
Figura 3 - Relação econômica: Nicarágua e EUA.....	56
Figura 4 - Relação Nicarágua e EUA	71

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Em termos gerais, você diria que (país) é governado por alguns grupos poderosos para seu próprio benefício, ou que é governado para o bem de todo o povo? (2006).....	23
Gráfico 3- Em termos gerais, você diria que (país) é governado por alguns grupos poderosos para seu próprio benefício, ou que é governado para o bem de todo o povo? (2016).....	24
Gráfico 4 - Você acha que é melhor viver em uma sociedade organizada, mesmo que algumas liberdades sejam limitadas, ou você acha que é melhor viver em uma sociedade onde todos os direitos e liberdades são respeitados, mesmo que haja alguma desordem? (2006).....	25
Gráfico 5 - Principais setores de investimento norte-americano	29
Gráfico 6 - Exportações da Nicarágua.....	52
Gráfico 7 - Importações da Nicarágua.....	53
Gráfico 8- Investimentos americanos na Nicarágua.....	60
Gráfico 9 - Trajetória de investimentos da USAID no setor de Governo e sociedade civil.....	61

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALBA	Aliança Bolivariana para as Américas
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAFTA	Tratado de Livre Comércio entre Estados Unidos, América Central e República Dominicana
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
COSEP	Conselho Superior de Empresas Privadas
CSS	Cooperação Sul-Sul
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
FSLN	Frente Sandinista de Libertação Nacional
IED	Investimento Estrangeiro Direto
OEA	Organização dos Estados Americanos
OEC	<i>Observatory of Economic Complexity</i>
ONG	Organização Não-Governamental
PE	Política Externa
SI	Sistema Internacional
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 A TRANSIÇÃO DA FSLN E A VOLTA DE DANIEL ORTEGA AO PODER	17
2.1 O FIM DA REVOLUÇÃO SANDINISTA.....	17
2.2 A FSLN RECONFIGURADA	19
2.3 O PACTO E O RETORNO DE DANIEL ORTEGA A PRESIDÊNCIA.....	23
2.4 OS ESTADOS UNIDOS NA ELEIÇÃO DE 2006.....	28
2.5 CONCLUSÃO PRELIMINAR	30
3 A POLÍTICA EXTERNA AMERICANA.....	32
3.1 PRINCÍPIOS FORMADORES DA PE NORTE-AMERICANA.....	32
3.2 A POLÍTICA EXTERNA DE GEORGE BUSH FILHO (2001-2008)	35
3.3 A POLÍTICA EXTERNA DE BARACK OBAMA (2009-2016).....	36
3.4 A POLÍTICA EXTERNA DE DONALD TRUMP (2017-ATUAL).....	39
3.5 CONCLUSÕES PRELIMINARES	42
4 AS RELAÇÕES EXTERNAS NICARAGUENSES: ESTADOS UNIDOS E CONTRAPESOS	44
4.1 O CASO DA NICARÁGUA: TEORIAS APLICÁVEIS	44
4.1.1 Teorias da Dependência	45
4.1.2 Cooperação Sul-Sul	46
4.2 A ALIANÇA BOLIVARIANA PARA OS POVOS DA NOSSA AMÉRICA (ALBA) COMO CONTRAPOSIÇÃO A INFLUÊNCIA AMERICANA NA NICARÁGUA.....	48
4.3 A RELAÇÃO DA NICARÁGUA COM O FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI) E DEMAIS FUNDOS FINANCEIROS INTERNACIONAIS	55
4.4 RELAÇÃO DA NICARÁGUA COM OS EUA: FATOS E PRINCIPAIS AÇÕES	59
4.5 CONCLUSÕES PRELIMINARES	67
5 CONCLUSÃO.....	69
REFERÊNCIAS	73

1 INTRODUÇÃO

A América Central enfrenta a presença de potências mundiais ditando os caminhos dessas nações, desde o início das Grandes Navegações com a colonização do continente, pela Espanha e a Inglaterra durante o período colonial. Concomitante com os processos de independência, o controle da região passou para outra potência centralizadora, os Estados Unidos, que tem a região como sua zona de influência e segurança. A situação de dependência e atraso no desenvolvimento foi uma constante na América Central, muito influenciado pela presença da potência na região de forma duradoura, causando uma interferência na soberania e redefinindo os destinos das nações.

O objetivo do trabalho é analisar as relações entre a Nicarágua e os Estados Unidos (EUA), partindo do pressuposto de uma relação assimétrica entre dois Estados que em teoria comportam o mesmo *status* de soberano e independente. Optou-se pela margem temporal entre 2007 e 2018, período em que Daniel Ortega é reeleito presidente da Nicarágua, constituindo-se onze anos de análise. Ainda que o foco do trabalho seja compreender a relação entre esses dois países no período mencionado, também se incorporou na análise o ano de 2006, que Ortega ganha a corrida eleitoral, devido as claras interferências americanas na tentativa de afastar o candidato do comando do país. Portanto, o trabalho trata de um país periférico que passou por relevantes mudanças e enfrentou diretamente o poderio americano na década de 1980 e partes de 1990 no contexto da Revolução Sandinista, analisando como as transformações ocorridas a partir do acordo de Paz de Esquipulas II, que deu fim a Revolução, constroem a relação na atualidade com um dos herdeiros do movimento sandinista a frente do governo.

Nesse sentido, pretende-se analisar a relação entre os Estados Unidos e a Nicarágua no século XXI, quando Daniel Ortega, uma das principais lideranças do movimento revolucionário na década de 1980, volta ao governo do país em um contexto interno e externo diferentes. Dessa forma, o direcionamento do trabalho se dará na tentativa de compreender com se dá a reação do país da América Central frente à presença norte-americana, considerando o histórico da FSLN e de Ortega e as suas transformações desde o fim da Revolução Sandinista.

A relevância de estudo do período presidencial de Ortega se dá pelas origens deste ator político, que foi um dos líderes da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), obtendo triunfo na Revolução Sandinista em 1979 e desencadeando uma série de movimentos insurrecionais na América Central. A Revolução Sandinista, por seu turno, teve origem no pensamento de Augusto Sandino, que representou a luta contra o imperialismo norte-americano. Os Estados Unidos intervieram nos assuntos nicaragüenses em inúmeras ocasiões,

ocupando militarmente o país em 1909, 1912, 1916, 1924 e entre 1926 e 1931 (MANZUR, 2016). Na última ocasião, Sandino liderou uma força camponesa de resistência que perdurou por sete anos, até ser assassinado a comando da família Somoza, ditadores que dirigiram o país até a ascensão da Revolução. O patriotismo de Sandino, portanto, pertence à forte rejeição dos Estados Unidos. Posteriormente, a FSLN pôde manter sua unidade por muitos anos, graças à invocação da figura de Sandino.

É pelo caráter anti-imperialista que a FSLN carrega desde as suas origens que entendeu-se importante entender a relação da Nicarágua, governada pela organização, que se torna partido, até os dias de hoje, com os EUA. A Revolução em que Ortega, hoje líder do partido e presidente do país, atuou tinha como objetivo a derrubada da ditadura da família Somoza, fortemente alinhada aos interesses norte-americanos. A FSLN, enquanto organização revolucionária, adquiriu, ao longo da sua formação (oficialmente criada em 1961) cada vez mais legitimação e apoio da população com objetivo de derrubar Somoza. O apoio, mediante a participação na Revolução ou legitimando a mesma, advinha de diversas frentes como operários e camponeses, elites locais e partes da Igreja Católica ligada à Teologia da Libertação.

O motivo do amplo apoio populacional encontrava-se na fragilidade econômica do país e na forte repressão do regime de Somoza, que enfraqueceu ainda mais a sua legitimidade. Entretanto, cabe mencionar que a elite apoiava a queda de Somoza, pois considerava que o poder voltaria as classes já consolidadas, o que não ocorreu até o fim da Revolução. Em 1979, milhares de pessoas participaram de levantes contra Somoza, mas tinham motivos vagos e diferentes. A grande maioria queria a queda de Somoza e a FSLN era a única opção existente. Muitos, porém, também defendiam demandas de luta de classe, tais como a reforma agrária e direitos assistência básicos. Outros, devido a eventos particulares como a repressão da Guarda Nacional em determinadas localidades. Todos esses movimentos unificados foram a razão do sucesso da revolução. Somoza, haja vista a derrota iminente, foge para os EUA e a Revolução se declara vitoriosa.

A dinâmica política e econômica durante os anos Revolução, entre 1979 e 1990, merece um trabalho a parte. Contudo, o interesse desse trabalho se dá acerca dos anos posteriores a ela, cabendo mencionar as reestruturações que o país assistiu de modo mais geral. Ainda que tenha passado por fortes dificuldades, o país apresentou melhora na divisão social dos recursos, controle do Estado na economia e reforma agrária nas terras de Somoza, que foram estatizadas. Entretanto, observou-se também contradições eminentes em relação a gerência do país, visto que a Revolução não superou o modo de produção capitalista, como aconteceu em Cuba, ainda que tenha mudado a forma política de uma ditadura autoritária para uma democracia. Nesse

sentido, Zimmermann ilustra: “Não havia apenas uma tensão ideológica, mas também de caráter prático, entre o conceito de “economia mista” e a ideia de “trabalhadores e camponeses no poder”, com a qual a FSLN também estava comprometida.” (p.117, 2002)

Retomando a questão da participação de Ortega na Revolução, o líder político ganha maior importância dentro da organização sandinista quando passa a compor o diretório nacional, junto com Humberto e Victor Tirano, em 1976. Em 1984, Ortega apresenta ainda maior importância para a Revolução, quando ganha as eleições presidenciais com 75% dos votos.

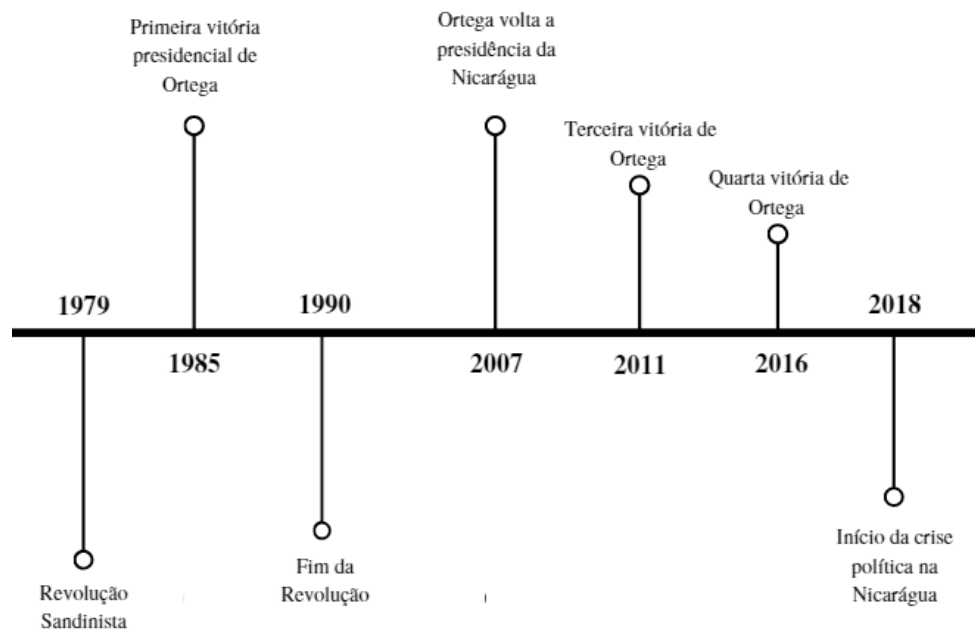
Em relação aos EUA, este país sempre manteve a América Central como uma zona consolidada de influência, contudo nos anos 1950 passa por uma crise de liderança, iniciada no final dos anos 50 com a Revolução Cubana (ZIMMERMANN, 2002). A interferência norte-americana na Nicarágua foi episódio constante, tanto com o financiamento dos “contras”, grupo doméstico que tentava frear a revolução, quanto por interferências diretas em 1982, fazendo com que a economia passasse a depender cada vez mais de ajuda externa. Em 1985, os EUA colocam um embargo contra a Nicarágua, causando falta de materiais essenciais. Em 1986, o congresso aprovou ajuda oficial para os contras, numa virtual declaração de guerra. Tornava-se claro que sem a intervenção direta americana, os contras não iam conseguir derrubar o regime. Mesmo angariando a vitória, a Revolução Sandinista enfrentou uma série de desafios e ataques. A queda da União Soviética reforçou o seu enfraquecimento, impulsionando a assinatura do acordo de Paz de Esquipulas II, no qual a Nicarágua deu como encerrado o processo revolucionário e com isso iniciou um processo de readequação da sociedade e da atuação do Estado no Sistema Internacional (SI) (BRIGNOLI, 2000).

Além da relevância da pesquisa para as Relações Internacionais, outra importância do trabalho está no estudo de uma região pouco focalizada até mesmo pela América Latina, de modo que ainda não conseguimos compreender, no todo, as suas dinâmicas. Entendendo os antecedentes e o contexto em que se insere, talvez possamos compreender a crise que a Nicarágua vive no presente, em que mais uma vez os Estados Unidos tenta delimitar o futuro da nação.

A presença norte-americana na região é um fenômeno histórico, desde o pós-independência, sendo expressada por via econômica com a diplomacia do dólar, e fóruns multilaterais como o FMI, entre outros; por via militar com interferências frequentes na contenção de insurreição nacional que pudesse colocar em perigo o seu domínio da área considerada seu “quintal”; e culturalmente, com o processo de exportação da democracia liberal, influenciando na construção da identidade nacional nicaraguense.

Nesse sentido, a manutenção do partido que participou da Revolução Sandinista, a Frente Sandinista de Libertação Nacional, pode se constituir a continuidade do projeto de independência da nação. A volta de Daniel Ortega, um dos líderes do partido em 2006, ano em que vence a eleição, é então a representação dessa ideia, ainda que existam diferenças entre a FSNL atual e a dos anos 1980, assim como forte teor de personalismo em volta do presidente. Cabe ainda mencionar que o mesmo se mantém na presidência do país até 2020, quando devem ocorrer novas eleições. Espera-se, portanto, que ao identificar e analisar tais condicionantes, este trabalho possa contribuir para uma melhor visão sobre o funcionamento da sociedade nicaraguense. Para deixar mais claro para o leitor, abaixo foi elaborado uma linha temporal indicando as datas com maior importância, explanadas anteriormente:

Figura 1- Linha do tempo



Fonte: Elaboração própria

Portanto a pergunta desse trabalho consiste em como se dá a relação entre a Nicarágua e os EUA entre 2007 e 2018. A hipótese levantada é que a Nicarágua, sob a liderança de Daniel Ortega possui uma relação de pragmatismo com os Estados Unidos, de modo que o discurso político autonomista precise dialogar com a realidade do país, por vezes caracterizada por uma situação de dependência externa. Ainda que ela não tenha sido de todo refutada, percebe-se que a Nicarágua, ao se aliar com países anti-estadunidenses, busca o afastamento dos EUA, tanto em termos políticos quanto em relação a dependência econômica, que os Estados Unidos souberam muito bem aproveitar contra o país.

Nesse sentido, o presente trabalho utiliza as teorias da dependência na tentativa de explicar a relação entre os dois países, visto que a Nicarágua é um país fortemente dependente de recursos externos e os EUA souberam aproveitar essa desvantagem. Além da teoria mencionada, também são considerados os princípios da Cooperação Sul-Sul, por ter se identificado que foi através dessa estratégia que a Nicarágua buscou o afastamento dos EUA e a teoria do jogo dos dois níveis, de Putnam (2010), por analisar a política interna da Nicarágua e os seus reflexos na política exterior.

Por fim, o trabalho está dividido do seguinte modo, além da introdução e da conclusão: o primeiro capítulo retratando a volta de Daniel Ortega a presidência; o segundo capítulo, que trata da política externa (PE) norte-americana, e terceiro, analisando as relações que contrapõem os EUA e a análise da própria relação entre os dois países.

2 A TRANSIÇÃO DA FSLN E A VOLTA DE DANIEL ORTEGA AO PODER

O capítulo que segue tem por objetivo compreender a transição da FSLN como grupo revolucionário a partido político dentro da Nicarágua e o retorno de Daniel Ortega a presidência do país em 2007, perdurando até os dias de hoje. Considera-se o evento importante para a compreensão da relação entre a Nicarágua e os EUA em vista dos conflitos já registrados entre a Frente e os norte-americanos, perpetuando desconfianças e hostilidades entre os dois atores. Assim, o capítulo está organizado em três subseções, abordando a trajetória desde o fim da Revolução Sandinista, a transformação da Frente e a eleição de Daniel Ortega.

2.1 O FIM DA REVOLUÇÃO SANDINISTA

O fim da Revolução se deu após diversas tentativas dos governos norte-americanos de derrubar a FSLN e implementar um governo aliado aos seus interesses. Ainda assim, a Frente pôde se manter ativa e no momento de fragilidade¹ negociar o fim do conflito e uma transição segura, considerada por Daniel Ortega como uma vitória dentro do complexo contexto da época. Dessa forma, antes de iniciarmos a transição da FSLN e a posterior volta de Daniel Ortega a presidência da Nicarágua, é necessário uma breve contextualização histórica para situar a condição da Nicarágua antes da retomada do sandinista como dirigente da nação. Ainda cabe mencionar que o acordo que dá fim ao conflito armado entre os Sandinistas e os Contras pode ser considerado uma derrota para a política externa (PE) americana por não ter angariado pelos seus próprios meios a devastação completa dos sandinistas, que se incluíam posteriormente no jogo eleitoral.

A Paz Negociada, ou Esquípula II, estabelecido em 1987, se apresenta então como um convênio que visava estabelecer procedimentos que estabelecem a paz de modo firme e duradouro em toda a América Central em vista dos diversos conflitos que estavam em operação na região. Os pontos do acordo se firmaram visando o fortalecimento das democracias nos países da região: 1) Diálogo entres os grupos opositores de cada país; 2) anistia e libertação de presos políticos; 3) formação da Comissão Nacional da reconciliação; 4) menos hostilidades; 5) democratização; 6) eleições livres; 7) ajuda a forças irregulares e movimentos rebeldes; 8) não-agressão a outro Estado; 9) negociação no campo bélico; 10) atenção urgente a refugiados e imigrantes; 11) cooperação, paz, desenvolvimento; 12) ajuda da comunidade internacional;

¹ A FSLN enfrentava duros golpes dentro do conflito contra revolucionário apoiado pelos EUA, em conciliação com o fim da União Soviética e pelos próprias erros e contradições da governança sandinista.

13) verificação internacional dos termos do acordo (II CUMBRE DE PRESIDENTES CENTROAMERICANOS, 1987) .

O acordo foi aceito pela Nicarágua que, como já anunciado, comemorou a negociação, aceitando o estado de emergência e se comprometendo ao diálogo com os contras, e realizar eleições municipais e estaduais e deputados para o parlamento centro-americano. Entretanto, a rápida paz não garantiu o processo de reconstrução. Ainda havia conflito entre os sandinistas e o contras, sendo que esses queriam o completo desmantelamento dos sandinistas. Incluindo-se no novo modelo político, a Frente se torna partido, porém perde a eleição de 1996. Como destaca Zimmermann (2002), a falta de apoio da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) influenciou a descrença no socialismo. O triunfo de conservadores é retrato da sensibilidade da maioria do eleitorado, empobrecido e desacreditado que acreditou nas promessas fáceis de líder “*amplo en ocurrencias y dejos autoritarios*” (BRIGNOLI, 2000, p. 203).

Costa (2016, p. 7), ao escrever sobre movimentos sociais na América Latina, ilustra a condição que poderia ser interpretada no caso da Nicarágua durante a primeira eleição democrática para presidente no país em um momento de fortes fragilidades decorrentes ainda da guerra civil no país:

Mesmo diante da “ligeira” alteração nas injustiças, do aumento de instalações de educação e saúde e de melhorias das garantias de emprego nos países em que partidos considerados de esquerda chegaram a governar, as injustiças e desigualdades permaneciam consideráveis [...] e a participação democrática real, seja em nível governamental ou no próprio local de trabalho, ainda era muito tímida, quando não de real retrocesso. Daí a descrença e deslegitimação nos partidos da esquerda, em suas promessas de que o mundo seria mais igualitário. Daí também a desconfiança no Estado como mecanismo de transformação social. E, finalmente, daí que desde então houve uma busca contínua por “um tipo melhor de movimento anti-sistêmico”, um movimento capaz de erigir um mundo verdadeiramente mais democrático e mais igualitário.

A campanha submetida por Ortega em 1989 perdeu a conversa com a base, foi clássica, cara, sem caráter e assim perdeu para Violeta Chamorro, opositora ferrenha durante toda Revolução Sandinista. A FSLN por fim se consolidou, como se verá melhor detalhadamente adiante, como um partido de centro-esquerda e, tal como argumenta Zimmermann (2002, p. 151), “a lição que se tira é que a revolução social é impossível numa área que é o quintal dos EUA”. Os anos de Chamorro foram importantes na história da Nicarágua, principalmente porque representavam a transição do idealismo ao pragmatismo, com uma PE pró-EUA, de uma economia mista a um sistema neoliberal agro-exportador. Com o fim da Guerra Fria e do Sandinismo, a Nicarágua deixou de ser o foco intenso da política externa dos EUA para se

tornar um país com pouca importância estratégica para os Estados Unidos, ainda que sempre na mira dos estadunidenses (STATEN, 2010).

É dessa forma que a América Central vive um processo de consolidação da democracia representativa no qual também foram adotados amplos programas de estabilização e ajustes, feitos na década de 80 e impostos pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), junto com o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Banco Interamericano. Os planos de estabilização incluíam severos cortes nos investimentos públicos além de aumento de impostos. Em termos estruturais, houve o abandono do modelo industrializante através da substituição de importações; promoção das exportações do setor não convencional, e abertura econômica; diminuição da ação do Estado na economia; e redução geral dos gastos públicos. A política neoliberal implantada obteve mudança da pauta exportadora e respingou na população, com fortes custos sociais (BRIGNOLI, 2000).

Zimmermann (2002) argumenta que o Acordo de Esquipula II e o fim da Revolução configuraram uma retração no que consta os valores e princípios da própria FSLN, gerando o que foi por ela chamado de uma guinada à direita ainda na transição de Ortega para Chamorro. A autora argumenta que as contradições de uma economia mista, ainda durante o período revolucionário, se tornavam cada vez mais evidentes, de modo que a manutenção dos direitos adquiridos pela população entrasse em conflito com o conceito de uma economia capitalista de mercado. Ainda em 1987, o diretório da FSLN decidiu se afastar da orientação anticapitalista e confiar no mercado para o reavivamento da economia, o que põe em choque a própria reforma agrária, um dos pontos mais fortes do movimento, de modo que, a partir de então, a distribuição de terras foi diminuindo até acabar totalmente.

Outra evidência da argumentação da autora se encontra na crise econômica pós-guerra, com a parcela da população que lutou ao lado dos contras ou do exército sandinista perdendo seu posto na sociedade, visto que não teve o devido auxílio do Estado. A FSLN respondeu à crise econômica no pós-guerra com uma série de medidas de austeridade similares às implementações neoliberais, diminuindo os avanços sociais e o pacto social estabelecido no apoio da população, a Revolução, foi sendo quebrado. Ainda assim, mesmo com a guinada à direita, o discurso continuava a ser anti-imperialista e os EUA continuavam atacando a FSLN como comunista, apresentando a contradição que sustenta a hipótese do trabalho.

2.2 A FSLN RECONFIGURADA

A partir do fim da Revolução, a FSLN, como grupo insurgente a margem do novo sistema, passa por alterações internas em seu diretório, devendo adaptar-se à nova realidade do

país. Antes de compreender as mudanças ocorridas no âmbito da FSLN será exposto uma síntese do pensamento da FSLN que deu origem à Revolução. Sandino, que recebe o nome do movimento, participou na luta travada contra a ala conservadora na Nicarágua, apoiada pelos EUA, na década de 1920, negando-se a assinar um pacto negociado com os EUA, que deu fim ao conflito. Suas reivindicações tinham forte apelo patriótico para com a Nicarágua e inaugurou o que foi chamado do pacto anti-ianque. Posteriormente, a família Somoza, objeto de enfrentamento pela organização que viria a surgir, entrou no governo por intermédio dos EUA, em 1934, e ordenou a morte de Sandino. Dessa forma, Sandino é importante por ser reconhecido como o primeiro líder nicaraguense que pensou na sua nação como livre e soberana, se opondo diretamente ao controle estadunidense.

A herança do seu pensamento passou adiante, sendo Carlos Fonseca um dos mais destacados pensadores da FSLN que seguiu seu ideário. Em conjunto com as ideias de Sandino e o contexto de Guerra Fria, o ímpeto em defesa da soberania e do anti-imperialismo se tornou mais expressivo. Carlos então escreve um esboço do programa da FSLN, levantando princípios contra o imperialismo norte-americano. A formação do Programa Histórico convocava o povo para uma mobilização geral em torno de treze tarefas básicas para a revolução, exigindo a derrubada do governo e uma reforma agrária radical. Também se prometia a consolidação de um governo revolucionário, expropriado os bens de Somoza e nacionalizando alguns ramos da economia, além do fim da interferência americana (ZIMMERMANN, 2002). Constituía-se essas exigências fortemente nacionalistas e plenamente democráticas. Citando Zimmermann (2002, p. 65): “A visão nacionalista da FSLN inspirada em Sandino era a de que a Nicarágua nascera e se definira pela luta contra o colonialismo espanhol e o imperialismo norte-americano [...]”. Cabe mencionar que este é o conceito de anti-imperialismo levantado pelo trabalho, que lute contra a estrutura colonialista das relações internacionais visando a autonomia dos Estados periféricos. Assim Carlos Fonseca reconstruiu a figura de Sandino e elegeu-o como exemplo prático e, sobretudo, como caminho que permitiu a criação de um mito nacional-revolucionário, representante de um nacionalismo combativo e com significativo apelo mobilizador (WUNDERICH, 2010).

Acrescenta-se ainda as demais fontes ideológicas principais da Frente depois de já constituída, salientando que o aglomerado de grupos sociais dentro da organização proporcionaram um projeto de nação não idêntico a todos os indivíduos componentes da mesma: (i) histórico, herança das lutas de Sandino contra a invasão americana (1927-1933) e de seu ideário anti-imperialista, como já mencionado (ii) socialismo do terceiro mundo,

representado por Cuba, África e Ásia; (iii) Igreja, com a teologia da libertação (BRIGNOLI, 2000). A primeira fonte ideológica é a mais relevante para esse trabalho, por se tratar de um movimento claramente ligado ao conceito de anti-imperialismo e a sentimentos nacionalistas, principalmente no que consta a interferência externa no país. O debate poderia ainda se estender acerca das correntes de pensamento e estrutura da FSLN como organização. Basta dizer que haviam alas com maior teor revolucionário e classistas e alas mais conciliadoras, que defendiam uma economia mista e não necessariamente o fim do capitalismo na Nicarágua.

A Tendência pertencente a Ortega sempre manteve um discurso mais conciliador no sentido de não apoiar uma revolução de cunho socialista, sendo favorável à concepção de economia mista (Estado trabalhando em conjunto com empresas privadas). Como disserta Zimmermann (2002), os documentos gerados pela ala terceirista tinham caráter diferentes das produzidas por Carlos Fonseca, perdendo parte de sua ideologia e estratégia revolucionária. A nova versão do programa nacional abandonava o termo revolucionário para adotar o título Governo democrático e popular, prometendo apenas nacionalizar propriedades que estivessem na mão da família Somoza e uma reforma agrária vaga e limitada, perdendo também parte importante do discurso anti-imperialista. Com essa reformulação do partido ainda durante a Revolução, a FSLN alegava que estava comprometida por uma “economia mista” e com a proteção da propriedade privada e insistia que os capitalistas cooperassem. Entretanto o conflito de classe se tornava cada vez mais pertinente e com a vitória de Chamorro, ficou claro que o país tinha um sistema de classes muito mais complicado do que em qualquer outro momento de sua história, incluindo as elites tradicionais, as chamadas novas elites, e os movimentos sociais².

A organização da FSNL era concentrada no Diretório Nacional, de modo que o mesmo obteve poucas alterações desde a sua consolidação. Com as mudanças iminentes dado o fim da Revolução, tal situação também teve de se alterar-se. Iniciou-se então um debate dentro do partido sobre a direção que deveria ser tomada. O grupo liderado por Daniel Ortega defendeu um partido mais pragmático, que se concentraria em ganhar eleições e fazer compromissos e alianças com outros grupos. O pragmatismo, o compromisso e a formação de alianças seriam os métodos para alcançar os objetivos sandinistas na nova Nicarágua. Ortega argumentou que, para evitar que a direita destruísse os ganhos revolucionários da década de 1980, a FSLN

² As elites tradicionais consistem de famílias de elite que historicamente dominaram o sistema econômico liderado pela agroexportação e criaram os partidos liberal e conservador. Como seria de esperar, as elites tradicionais não só continuou a dominar a economia, mas também era o grupo mais bem educado e tinha o mais alto padrão de vida do país (STATEN, 2010).

deveria governar do centro e isso significou uma coalizão com Chamorro, acordando alguns compromissos com a presidenta a época. Outro grupo de sandinistas argumentou que a FSLN necessitava expandir seus membros e permanecer fiel à sua ideologia e foco sobre as lutas dentro dos sindicatos, dos bairros pobres e do campo. Isto é, não deveriam se tornar simplesmente uma "máquina de obtenção de votos" (STATEN, 2010). Formou-se assim duas correntes na FSLN na pós-derrota eleitoral de 1990: I) defensores de uma transformação que estabelecesse uma formação política ampla, que dialogasse com diferentes setores sociais e políticos, buscando um consenso; II) A outra linha, conhecida como “Izquierda Democrática”, possuía características mais ortodoxas, principistas, decidida a manter as estruturas, estratégias e estilo político, ou seja, uma oposição beligerante e combativa, buscando manter o que consideravam uma vocação revolucionária e vanguardista (MACIEL, 2018).

Ainda que o encargo de adaptar-se a um entorno adverso e impensável a partir de 1990 favoreceu a implementação de medidas teoricamente mais democráticas no interior da FSLN enquanto partido, autores como Maciel (2018), dissertam que a disputa pela manutenção de espaços e influências, especialmente do grupo liderado por Daniel Ortega, que se torna líder do partido, parece indicar que, mais do que reflexões acerca de valores e estratégias político-institucionais que beneficiaram a democracia nicaraguense, foi uma lógica crua de preservação de poder que permeou as cisões e mutações da Frente Sandinista. Os rompimentos no eixo partidário causaram saídas de antigos líderes e personagens relevantes da ala revolucionária do partido, sendo a criação do Movimento Renovador Sandinista em 1995 um marco nessa divisão e mudança no partido, que adquiriu, segundo Maciel (2018), forte caráter personalista em volta de Daniel Ortega. O resultado da divisão seria a manutenção de praticamente todo o patrimônio simbólico sandinista com a FSLN (PUIG, 2009).

Cabe destacar que na qualidade de Secretário Geral do partido, Ortega não abandonou a retórica em favor de um persistente discurso de teor anti-imperialista e orientado aos setores mais pobres e marginalizados. Ainda, assim, a eleição de 1996 também é um indicador de mudança na FSLN. Segundo Andrés Pérez-Baltodano (2003, p. 686 *apud* MACIEL, 2018, p. 198):

Pela primeira vez na história dos atos de 19 de julho, Daniel apareceu ao lado de sua esposa Rosario Murillo e alguns de seus filhos. Os comandantes sandinistas - incluindo Humberto Ortega - abandonaram o verde oliva e os *slogans* com alusões à tradição guerrilheira da FSLN. Daniel se referiu ao Estados Unidos como o "grande vizinho", com quem o FSLN "está pronto para continuar trabalhando em um quadro de respeito, igualdade e justiça" (Tradução própria).

Dessa forma, percebe-se uma dualidade entre os discursos de Ortega e, como se verá adiante, das ações práticas da sua política, vinculadas principalmente a questão da dependência econômica do país.

2.3 O PACTO E O RETORNO DE DANIEL ORTEGA A PRESIDÊNCIA

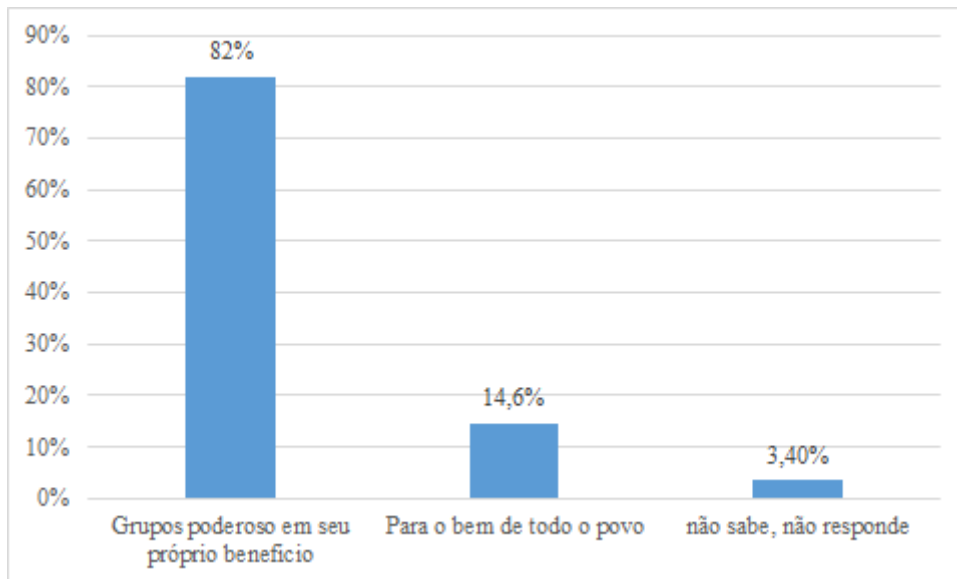
Ainda dentro do que foi explanado acima acerca do maior caráter conciliatório que Ortega incrementou na FSLN em conjunto com a reorganização partidária, O Pacto foi um importante fato na volta da FSLN à governança do país. Idealizado no início dos anos 2000, o denominado “*Acuerdo de Gobernabilidad*” popularizou-se como “*El Pacto*”, reafirmando a condução e o direcionamento da política institucionalizada na Nicarágua. Negociado pelo então presidente Arnoldo Alemán³ (sucessor de Chamorro) e por Daniel Ortega, efetivou-se um controle bipartidário das principais instituições estatais, incluindo o Conselho Supremo Eleitoral, a *Corte Suprema de Justicia* e a *Contraloría General de la República*. Grosso modo, O Pacto teve dois grandes blocos: a modificação do sistema eleitoral e a distribuição de cotas políticas nos poderes do Estado (MACIEL, 2018).

Além da partidização de importantes órgãos públicos, mais importante para esse trabalho foi a validação de importantes reformas nas leis eleitorais que facilitaram o futuro retorno de Ortega à presidência. As eleições presidenciais de 2001, porém, demonstraram naquele momento um fracasso na estratégia pactista, sendo Ortega derrotado pela terceira eleição consecutiva, sendo eleito Enrique Bolaños (Partido Liberal Constitucionalista), antigo membro da contrarrevolução, com 56,3 % dos votos. Bolaños manteve uma imagem elitista, favorável ao apoio estadunidense e de organismos financeiros internacionais e não soube assentar uma base de apoio popular, além de cortar privilégios da Igreja Católica (MACIEL, 2018). Com esse cenário, durante a pesquisa de opinião pública realizada pelo Latinobarómetro em 2006, ano da eleição que a FSLN retoma a presidência, a popularidade do governo demonstrava-se baixa, sendo identificado um afastamento das políticas executadas para com a população, como demonstra o gráfico 1:

Gráfico 1 - Em termos gerais, você diria que (país) é governado por alguns grupos poderosos para seu próprio

³Segundo Elvira Cuadro Lira (ano): Alemán, como representante da classe média, possuía aspirações de constituir um grupo de poder econômico homogêneo e para isso utilizou de todos os recursos e influências possíveis. Entretanto, para viabilizar seu projeto, necessitada da FSLN por representar a principal força de oposição.

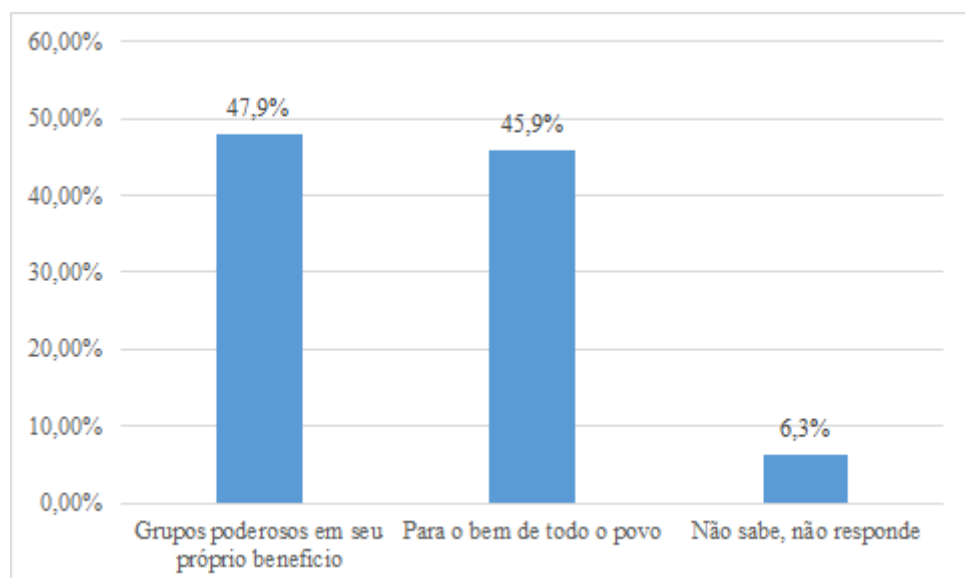
benefício, ou que é governado para o bem de todo o povo? (2006)



Fonte: Latinobarometro, 2019 (Elaboração própria)

Dez anos mais tarde, com o país sob a gerência de Ortega, quando é feita a mesma pergunta, 45,9% da população acredita que o governo está governando para o bem da população, valor significativamente diferente de 2006, ainda que se observe que a confiança na FSLN não era totalmente homogênea.

Gráfico 2- Em termos gerais, você diria que (país) é governado por alguns grupos poderosos para seu próprio benefício, ou que é governado para o bem de todo o povo? (2016)

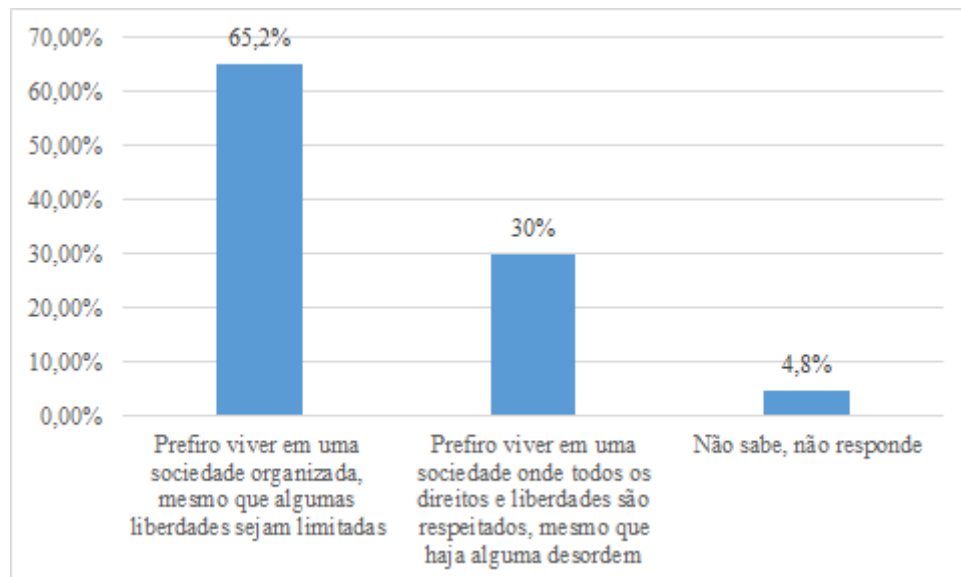


Fonte: Latinobarometro, 2019 (Elaboração própria)

Nesse cenário em que a crise política e a crise econômica se retroalimentavam, buscar a estabilidade política e o consenso social pareciam cada vez mais distantes. O setor popular, exposto pela FSLN como motor do processo revolucionário nos anos 1980, foi praticamente

negligenciado pelos seguidos três governos neoliberais. E justamente nessa fraqueza podemos encontrar um dos pontos que justificaram o retorno de Daniel Ortega à presidência. Após as reformas constitucionais e pactos entre cúpulas e líderes, a FSLN mostrava-se mais fortalecida e possuía o controle de importantes esferas decisórias⁴. Ainda no tópico da eleição que trouxe a FSLN de volta ao comando da nação, em 2007, em pesquisa executada pelo Latinobarómetro na Nicarágua, mais da metade da população se dizia insatisfeita com a democracia no país e a maior parte da população alegava preferir uma sociedade ordenada com alguns limitadores do que uma sociedade desordenada que respeite todos os direitos e liberdades.

Gráfico 3 - Você acha que é melhor viver em uma sociedade organizada, mesmo que algumas liberdades sejam limitadas, ou você acha que é melhor viver em uma sociedade onde todos os direitos e liberdades são respeitados, mesmo que haja alguma desordem? (2006)



Fonte: Latinobarometro (Elaboração própria)

Em 2016, os dados apresentam alterações, evidenciando uma mudança nos valores nicaraguenses, em que mais de metade (53,2%) da amostra consultada (mil pessoas) diz preferir viver em um sistema com ampla liberdade, ainda que haja desordens. No ano de 2006, mais de 80% dos mil entrevistados identificou uma piora dos serviços de empresas privatizadas e mais de metade da população consultada acreditava que a produção de riqueza deveria ser proveniente do Estado ao invés de empresas privadas (LATINOBAROMETRO, 2019). Todos esses índices aqui expostos corroboram com a volta de Ortega, como um líder forte que está em consonância com a ideia de um estado forte e presente.

⁴ Cabe destacar que os sandinistas nunca estiveram totalmente afastados do poder, mantendo influências nas forças armadas e controlando um considerável, ainda que minoritário, número de cadeiras na Assembléia, além de concentrar diversas propriedades nas mãos de destacados líderes sandinistas, como o próprio Ortega (AZUL; MARTIN, 2006)

O ano de 2006 foi assim um marco do retorno da FSLN na direção do país, em um contexto de implementação do neoliberalismo e alinhamento com os EUA. O plano econômico apresentava estabilidade macroeconômica relativa, mas devido às políticas de controle fiscal apresentadas pelo FMI o país não registrou as taxas de crescimentos esperadas e parte da população vivia cada vez mais debilitada. Concomitante a isso, uma pesquisa nacional de opinião pública divulgada em junho afirmava que 73% dos nicaraguenses consideravam que o país estava indo no caminho errado. Ademais, a conjuntura econômico-social nicaragüense se encontrava ainda mais afetada durante o ano de 2006, devido ao aumento internacional de preços de petróleo, desencadeando uma crise energética e o incremento do preço do serviço de transporte público (HEGG, 2007). O regresso de Daniel Ortega então pode ser explicado fundamentalmente pelos seguintes fatores: i) resposta a agenda social, em um cenário de desilusão da população com as políticas até então aplicadas, com uma necessidade de mudanças de rumo do país; ii) a fragmentação do voto direitista, fragilizado após “O Pacto”, e a diferença por não ter se constituído uma votação bipartidária como ocorreu nos anos anteriores; iii) o próprio Pacto, que reduziu a porcentagem de vitórias no primeiro turno, passando de 45% para 40% e até 35% se o candidato vencedor tirasse pelo menos cinco pontos de vantagem para o candidato do segundo lugar.

Outros fatores, como a aliança do FSLN com setores anteriormente adversos ao sandinismo, como a cúpula católica conservadora, setores da contrarrevolução da década de 1980 e mesmo a aliança com o Partido Liberal também contribuíram para o ganho da FSLN. Essa estratégia combinou esforços com uma máquina partidária muito bem organizada, com uma disposição territorial nacional muito densa, a propriedade de canais de televisão e a rede de rádio nacional e regional. Não menos importantes foram as enormes expectativas que o discurso de campanha do candidato Ortega gerou entre seus seguidores, a realização de uma "revolução espiritual" cujos resultados seriam a total erradicação da pobreza, com "zero desemprego, zero fome, zero analfabetismo, emulando o discurso do presidente brasileiro Lula Da Silva (HEGG, 2007).

O retorno da FSLN, quando considerado um governo de esquerda, inclui-se também na chamada Onda Rosa na América Latina, quando uma série de países elegeram governantes da esquerda ou centro-esquerda na região, em um momento de agudização da crise de neoliberalismo e de uma nova maturidade política das forças contra sistêmicas, profundamente fragilizadas pela queda da União Soviética em 1991. É característico do período o atendimento de diversas demandas sociais, sobretudo dos grupos sociais mais vulneráveis, negligenciados, e, por outro lado, alterações profundas nas formações socioeconômicas de cada país, como as

pautas exportadoras ou o próprio sistema econômico. Ainda que os exemplos mais importantes sejam encontrados na América do Sul, como a Venezuela de Chávez e o Equador de Correa, os exemplos da Honduras de Zelaya e El Salvador da FMLN, além da própria Nicarágua, podem ser entendidos como modelos centro-americanos da Onda Rosa (LAMBERT, 2010).

A subscrição da Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA), realizada pela Nicarágua, é um indício do comprometimento do país na cooperação regional da Onda Rosa, podendo ser entendido como um elemento anti-imperialista na política externa nicaraguense. A “revolução espiritual” da “Nicarágua cristã, socialista e solidária” declarada por Rosario Murillo somava-se ao uso de tons coloridos nos materiais partidários e na escolha de Jaime Morales Carazo para vice-presidente, um empresário ex somozista, conservador e abertamente pró-estadunidense (MACIEL, 2018). O pesquisador guatemalteco Edelberto Torres-Rivas (2007, p. 9 *apud* MACIEL, 2018, p. 203) expôs um panorama da situação:

Su victoria electoral fue objetivamente un triunfo popular, de masas que permanecen leales a los viejos ideales por los que murieron centenares de familiares y amigos. Ideales elementales que se resumen en el antisomocismo, el antiimperialismo, las demandas de participación libre y las esperanzas de una vida mejor.

Ainda sobre as reformas institucionalizadas explanadas até o momento, Silvio Prado (2018) argumenta que a retomada da FSLN na governança foi caracterizada como um retrocesso no aparato democrático do país e constitui-se um hiper-presidencialismo. Segundo o autor, Ortega se utilizou de manobras institucionais para retornar a presidência, sabendo que apenas com o apoio popular isso não seria possível. As reformas políticas resultaram em transformações do sistema eleitoral da Nicarágua, com o objetivo de aproximar os parâmetros das possibilidades de cada líder de retornar ao cargo de Presidente da República e retomaram o regime de bipartidarismo (PRADO, 2018). Desse modo, na Nicarágua a saída da transição, marcada pelo neoliberalismo, levou a um hiper-presidencialismo que facilmente penetrou nas instituições que, segundo a democracia liberal, deveria controlá-la e servir de contrapeso (PRADO, 2018). Independente de sustentar a hipótese de que a volta de Daniel Ortega retomou o modelo de governo antidemocrático, entende-se como necessário apresentar a ideia, pois será sustentando o discurso de falta de democracia (liberal) que os Estados Unidos inflingirá ataques ao país.

Assim, a retomada do poder pelos Sandinistas foi marcada por um conjunto de ações, sendo identificado por vezes uma contradição entre o discurso e prática de Ortega. Isso se dá porque a FSLN relaciona-se com setores populares organizados e declara-se oposto a ações dos

governos neoliberais vigentes, mas também negocia com estes, visando quotas estratégicas de poder. Sobre isso, Pérez-Baltodano (2005, p.05 apud MACIEL, 2018, p. 205) pontua:

En él [Daniel Ortega] se combinan un pasado revolucionario, un cuidadoso coqueteo con el neoliberalismo, un discurso antiimperialista, su colaboración con la derecha pro estadounidense que lidera Arnoldo Alemán, y su nueva y estrecha asociación con la jerarquía de la Iglesia católica nicaragüense que combatió ferozmente al FSLN en los años 80.

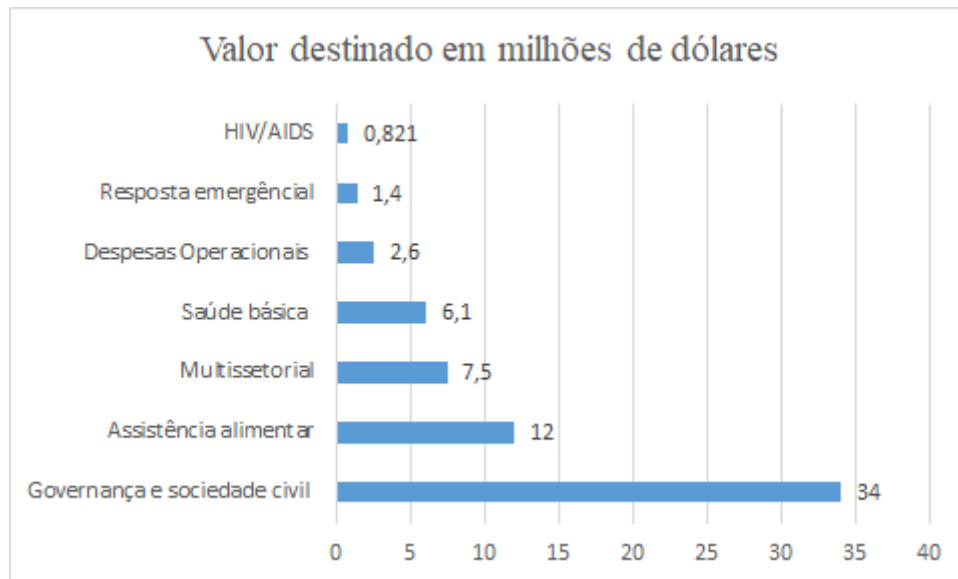
Essa conduta de Ortega enquanto oposição custou a transformação da FSLN e o afastamento de antigos companheiros do período revolucionário; entretanto, encaminhou a volta ao poder da FSLN, agora transfigurada, evidenciando o que alguns autores falam sobre uma viragem significativa na condução da FSLN, transformada em um partido político de orientação personalista.

2.4 OS ESTADOS UNIDOS NA ELEIÇÃO DE 2006

Os EUA, que tinham governos favoráveis a sua política externa na Nicarágua até então, olhavam com suspeita a eleição de Ortega e a representação do seu nome quanto revolucionário da FSLN. Além disso, o surgimento no cenário político do governo venezuelano com promessas de investimento direto no país, ajuda quanto a questão energética, a integração com a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA), em caso de vitória sandinista, foram um alerta aos americanos sobre a perda de influência no país. Dessa forma, os norte-americanos trabalharam intensamente na promoção de uma campanha contra a candidatura do ex-revolucionário e alertando que a Nicarágua poderia perder a ajuda americana caso Ortega fosse eleito, ainda que após a eleição se comprometeram a trabalhar com o novo presidente da Nicarágua, desde que este apoie a democracia (BLINDER, 2006). Assim, a USAID⁵ trabalhou ativamente na eleição de 2006, destinando 260 milhões de dólares, principalmente nos setores de governança e sociedade civil:

⁵ A USAID faz parte do Departamento de Estado, constituindo-se uma agência independente e separada, chefiada por um administrador. Sob o governo George W. Bush, o Administrador da USAID era "de chapéu duplo", servindo também como Subsecretário de Estado para Assistência Externa, reportando-se ao Secretário de Estado. Essa situação híbrida significa que a USAID e o Estado mantêm seus próprios orçamentos e sistemas de pessoal separados, mas há muita polinização cruzada entre os dois em termos de política e estratégia. Historicamente, a USAID e o Estado mantiveram documentos separados de estratégia e planejamento, com a USAID trabalhando para uma agenda de desenvolvimento e o Estado em nível diplomático. Com o governo Bush, estes convergiram.

Gráfico 4 - Principais setores de investimento norte-americano



Fonte: Estados Unidos da América, 2019 (Elaboração própria)

Em 2006, percebe-se um pico de investimentos na Nicarágua, sendo o maior valor registrado em vinte anos. As atividades principais da agência também se concentraram em setores estratégicos dentro do sistema político, numa clara tentativa de interferência no destino do país por meios considerados legais. Fica evidente desta forma o temor dos EUA de um possível retorno do líder sandinista. Além disso, em 2006, a Nicarágua foi o 6º maior país a receber investimentos de diferentes agências americanas e a 11º em relação a USAID.

Em um livro-relato escrito pelo diretor da USAID na Nicarágua, atuando em 2006, o mesmo disserta sobre o dia a dia da agência no país e evidencia os interesses políticos norte-americanos no país, de modo que o trabalho do governo dos EUA na Nicarágua mostra o uso da poder de inteligência americana em ação”, relatando o trabalho ativo nas eleições de 2006 no que foi chamado de construção de valores democráticos na população. O autor ainda disserta sobre o poder de penetração norte-americano no país e como “[...] Os nicaraguenses podem se surpreender com a frequência, onde e quando se beneficiaram de ou foram influenciados pela assistência estrangeira americana” (HENDRIX, 2009, p. 10).

O autor também declara que as prioridades do Departamento de Estado para a América Latina e Caribe se concentravam principalmente na concepção norte-americana de democracia⁶, sendo este o principal objetivo da Missão dos EUA em Manágua, o que justifica os altos índices de investimento norte-americano no amplo setor nomeado de governança e sociedade civil. O

⁶ O foco do presente trabalho não se concentra na longa discussão do conceito de democracia. Por isso basta dizer que se entende por “democracia americana” toda aquela filiada ao sistema econômico liberal e que permitam a ingerência interna americana em outros países dentro da legalidade.

mesmo debate se estendia dentro dos Estados Unidos em sintonia com a declaração do autor de que, enquanto a democracia na Bolívia e Equador estava em risco, mantê-la na Nicarágua continuou sendo uma prioridade nas audiências no Congresso dos EUA em maio e setembro de 2005; e ainda mais, em outubro de 2005, o Conselho de Segurança Nacional nomeou a Nicarágua, juntamente com vários outros países (incluindo Iraque, Irã, Coreia do Norte e Cuba), como os principais países-alvo da "Agenda de Liberdade" dos EUA. Em suas avaliações do tráfico de pessoas, o Departamento de Estado classificou a Nicarágua como "vulnerável ao Nível III" - significando qualquer deterioração adicional resultaria em cortar a assistência. Dentro da sociedade civil, a USAID trabalhou ativamente na promoção de cursos para *leaderships*, em anúncios midiáticos, entre outros.

A vitória de Ortega⁷ foi um golpe no projeto da USAID, que agora declarava a necessidade de garantir que os grupos da sociedade civil pudessem ser uma verificação efetiva do abuso de poder por parte de uma Administração Ortega. Essa, por sua vez, acreditava ter agora o poder de bloqueio dos poderes Judiciário, Executivo, Legislativo e eleitoral, o controle de uma quantidade substancial da mídia e não tinha medo de mudar as regras para atender aos seus propósitos. Ainda assim, o autor, apesar de clara frustração do resultado eleitoral, alega que a missão da USAID era garantir uma eleição livre, justa, transparente e confiável, afirmando o que deveria ser óbvio: “nós estávamos lá para garantir qualquer resultado eleitoral. ‘Deixe as fichas cair onde eles podem’, como o presidente Bush disse no contexto do Iraque” (HENDRIX, 2009, p.147). Naturalmente, os resultados da eleição foram questionados. Entretanto, o governo norte-americano não poderia questionar seu próprio trabalho na supervisão das eleições e a FSLN estrategicamente apoiou-se na assistência técnica da USAID para garantir a veracidade da eleição, juntamente com o apoio americano a observadores eleitorais internos.

2.5 CONCLUSÃO PRELIMINAR

Neste capítulo foi identificado as transformações do sandinismo em contraste com o período revolucionário, encontrando-se em uma nova etapa da organização. A FSLN moldou-se em um partido político semelhante aos demais da região, com forte apelo personalista ao gravitar em torno da liderança de seu secretário-geral, Daniel Ortega, reforçando a cultura política nicaraguense ligada à ideia do homem forte (PUIG, 2008). Ademais, a FSLN também

⁷ No final, Daniel Ortega (FSLN) venceu a corrida com 37,99 por cento dos votos com Eduardo Montealegre (ALN) à direita com 28,30%, José Rizo (PLC) com 27,1%, Edmundo Jarquín (MRS) com 6,29% e Eden Pastora (AC) com apenas 0,29%.

adquiriu caráter eleitoralista ao orientar sua estrutura organizacional à atividade eleitoral, ainda no momento em que constitui-se “El Pacto”.

Assim, como defende Puig (2008), a FSLN a partir da década de 90, tornou-se um partido político cujo objetivo era obter poder político por meio de processos e negociações eleitorais em várias arenas políticas, muitas vezes concordando com aqueles que verbalmente eram seus adversários mais repudiados, incluindo o EUA e as organizações que rotacionam ao redor do mesmo. Essa atividade significou uma dinâmica incessante de compromissos com outros partidos e atores que quase sempre resultou em uma lógica dupla: por um lado, o pragmatismo negociador e, por outro, a manutenção da retórica revolucionária. Ainda assim, é necessário salientar que FSLN foi, e ainda pode ser, a única formação no país que mantém uma estrutura com real poder organizacional em muitos bairros populares e em muitas áreas rurais. Como destaca Puig (2008, p. 92):

En este sentido, a pesar de su mutación, el FSLN representa - en zonas marginales - uno de los pocos tejidos comunitarios articulados y solidarios que existen. Además, cabe anotar que se trata del partido con mayor poder en el ámbito local, con el control de 87 de las alcaldías nicaragüenses (sobre 132 desde el año 2004), a la par que mantiene un sólido entorno organizativo de naturaleza sobre todo sindical, vecinal (MCN) y de estudiantes (UNEN)

Dessa forma, com um conjunto de ações políticas-institucionais executadas por Ortega, reconfigurações dos planos estratégicos da FSLN, debilidades da população, que percebia a eleição de 2006 não apenas como um processo de alteração de cargos políticos, mas também como um momento de uma possível transformação institucional, e mudança de políticas no país, além da inserção dentro do contexto da Onda Rosa, em 2007 inicia-se um novo capítulo na história nicaraguense. Também fica evidente algumas contradições do governo Ortega quando à sobreposição de discursos anti-imperialistas com as ações conciliatórias com a classe política-econômica instaurada na Nicarágua. É por essa razão que esse capítulo trabalhou a questão da política interna nicaraguense, dentro do que Putnam (2010) traz sobre o jogo dos dois níveis, para analisar se o direcionamento pragmático que Ortega teve até, a sua volta ao poder, influência na relação com os EUA.

3 A POLÍTICA EXTERNA AMERICANA

Para entender melhor a relação a Nicarágua e os EUA, pensa-se como necessário uma breve explanação do pensamento de política externa americana, focando no que consta a América Latina e Caribe. Para tal tarefa, o este capítulo retrata os principais dogmas que compõe a política externa (PE) americana e as principais características durante o governo de George Bush (2001-2008), Barack Obama (2009-2016) e por fim Donald Trump (2017-atual), abarcando assim todos os líderes norte-americanos a frente da presidência durante o período estudado neste trabalho.

3.1 PRINCÍPIOS FORMADORES DA PE NORTE-AMERICANA

Dentro da literatura que trata sobre a constituição da PE norte-americana, a doutrina Monroe - que como defendida por Ayerbe (2002), não foi totalmente abandonada -, ainda do século XIX, aparece com frequência. O autor entende que a hegemonia norte-americana tem início nesse período, assim como a inserção da América Latina como esfera de influência norte-americana, ao passo que a doutrina Monroe aponta para a defesa do isolamento em relação à Europa estendida ao conjunto de todo o hemisfério, fixando os limites à intervenção de potências européias no continente. Ao decorrer do seu desenvolvimento econômico, os Estados Unidos apresentam melhor desenhado os objetivos no cenário internacional, assim como em relação à América Latina. O fato que melhor caracteriza esse momento foi a proposta de fundação do sistema panamericano, visto entretanto, com desconfiança pelos países à época, que temiam a expansão da nação do Norte.

Também foi nesse período, a vista das ideias calcadas pelo Destino Manifesto, que os EUA adquirem a concepção centrada na idéia de missão civilizadora dos povos. Theodore Roosevelt se torna um dos precursores dos argumentos culturais do atraso latino-americano e da missão civilizadora dos Estados Unidos.

Nossos interesses e os dos nossos vizinhos do Sul são em realidade os mesmos. Eles possuem grandes riquezas naturais, e, se dentro de seus limites, o reino da lei e da justiça é alcançado, então é certo que a prosperidade virá junto. Enquanto obedecem assim às leis primárias da sociedade civilizada, podem eles ficar tranqüilos e certos de que serão por nós tratados num clima de simpatia cordial e proveitosa. Eles só merecerão a nossa interferência em último caso, e então apenas se for constatado claramente que sua inabilidade ou fraqueza para executar a justiça em casa e no exterior tenha violado os direitos dos Estados Unidos ou incitado a agressão estrangeira em detrimento do conjunto das nações americanas.⁸

⁸ O Corolário de Roosevelt para a Doutrina Monroe. Documento (MORRIS,1956 apud AYERBE, p. 53, 2002).

A política de *big stick*, especialmente necessária para compreender as intervenções na América Central, foi formulada durante o período Roosevelt, explicando a sua menção. Nela, a intervenção norte-americana seria justificada na tentativa de deter a política externa europeia. Entretanto, como expõe Ayerbe (2002), outros autores chegam a diferentes conclusões sobre a estratégia norte-americana. Como exemplo, o autor traz Rosa Luxemburgo, que procura explicar a expansão do capitalismo como algo inerente ao próprio sistema, válida tanto na explicação do expansionismo europeu como norte-americano. Portanto, imperialismo não é uma opção entre outras de política externa, mas sim uma necessidade vital do sistema, que precisa de terceiros mercados não capitalistas.

Nesse sentido, o debate sobre o imperialismo norte-americano assume especial relevância na sua aplicação no caso da Nicarágua, que carregava o ímpeto anti-imperialista durante a Revolução Sandinista. Ayerbe (2002) explicita três dimensões importantes no entendimento do termo:

- a) As relações econômicas, destacando a expansão do capitalismo norte-americano na América Latina.
- b) A articulação entre interesses privados (mercado) e interesses nacionais (Estado) na formulação da agenda de segurança e da política externa dos Estados Unidos para o hemisfério
- c) A interação entre os grupos dominantes dos Estados Unidos e da América Latina (p. 60)

Ayerbe (2002) ainda traz contribuições que vão em consenso com a teoria aplicada ao caso estudado ao incorporar as contribuições das correntes cepalina e dependentista na sua análise, focalizando o vínculo estrutural entre dependência e desenvolvimento desigual nas relações entre Centro e Periferia. Como trazido por Cardoso (1993), a novidade na análise da dependência advém na ênfase dada para as relações estruturais que unem as situações periféricas ao Centro, que possuem interesse em se adentrar no interior dos países subdesenvolvidos por meio da articulação com a elite local. Assim, essa articulação de relações, que se dá de modo estrutural, é também global, não se limitando a esfera econômica, mas sim em toda a sociedade.

Ayerbe destaca que a instabilidade econômica e excessiva dependência do financiamento externo fazem parte do interesse econômico dos EUA na região, em vista que estes países passam a ser responsabilidade do setor privado, que deve assumir os riscos pelos seus investimentos. Schwarz complementa que o acesso aos mercados e aos recursos minerais está salvaguardado, independentemente das eventuais mudanças políticas internas:

Com poucas oportunidades para obter divisas e atrair investimentos, qualquer regime que assuma o poder no mundo subdesenvolvido, mesmo radical ou pouco amistoso, não poderá se dar ao luxo de negar o acesso das empresas americanas e dos bancos aos mercados e investimentos (SCHWARZ, 1994, p.271 *apud* Ayerbe, p, 277, 2002).

Com o fim da Guerra Fria, a vitória americana é interpretada como o triunfo dos valores ocidentais sobre o comunismo, entendendo que o sistema político e econômico e os princípios dos Estados Unidos teriam se provado superiores aos valores da União Soviética. Dessa forma, manteve-se a compreensão de que se os norte-americanos foram bem sucedidos em sua trajetória, o mesmo caminho também deveria funcionar para qualquer país. Fica assim claro que a crença no universalismo dos valores democráticos que está presente na política externa dos Estados Unidos e se manifesta especialmente após a Guerra Fria. Castro Santos (2010) indica três princípios que formam a PE americana e também evidenciam a “missão americana” perante o mundo:

(1) Os valores e princípios da democracia liberal ocidental são universais, isto é, todos os povos do mundo desejam tornarem-se democráticos. Portanto, a promoção da democracia é para o bem da humanidade. (2) Democracias não lutam entre si. Portanto, exportar democracia significa promover a paz mundial. Aqui democracia é ligada à segurança global. (3) A promoção da democracia faz o mundo mais seguro e mais próspero para os Estados Unidos. Aqui democracia é ligada à segurança e aos interesses americanos. Missão: Os americanos estão imbuídos de uma missão perante a humanidade: trazer-lhe liberdade e democracia (p. 160).

As estratégias norte-americanas para a América Latina mantêm algumas linearidades ao longo dos mandatos presidenciais. Estas incluem o treinamento das Forças Armadas para o combate aos inimigos internos, o boicote econômico contra governos considerados hostis, mediados principalmente através das sanções econômicas e fortalecimento de setores mais reacionários. As três ações foram realizadas na Nicarágua em diferentes momentos da sua história.

Octavio Ianni (2001) traz que a difusão dos padrões impostos pelas grandes potências, incluindo nesta o discurso de democracia liberal levantando pelos EUA nas suas intervenções diretas ou indiretas no financiamento de ONGs e grupos dentro do país, de modo que influencie o seu futuro. O autor denuncia o imperialismo norte-americano e entende que a dependência estrutural se dá ao passo que as estruturas econômicas e políticas de um país estão determinadas pelas relações de tipo imperialista. Isto é, que as instituições (econômicas e políticas entre outras) podem ser influenciadas ou até determinadas pelas relações de dependência.

Portanto, Ayerbe defende que o intervencionismo no exterior é um dos componentes essenciais do "modo de vida americano", otimizados pelo "fim da história"⁹, pela hegemonia do capitalismo liberal e pelo enfraquecimento da agenda anticapitalista, inclusive na Nicarágua.

⁹ O “fim da história” foi um eufemismo popularizado por Francis Fukuyama, referindo-se a derrota da classe trabalhadora com o fim da União Soviética. Assim o autor argumenta que o capitalismo alcançou o topo da civilização humana.

O autor também entende que o pragmatismo prevalece sobre a ideologia no que consta a busca por resultados, ainda que a fidelidade aos princípios do capitalismo liberal seja sempre explicitado.

3.2 A POLÍTICA EXTERNA DE GEORGE BUSH FILHO (2001-2008)

A política externa de George Bush tem sua melhor definição após os ataques de 11 de setembro de 2001, com a formulação da Doutrina Bush. A nova visão, fundamentalmente conservadora, consistiu em uma estratégia proativa e abrangente, baseada no poder militar norte-americano. Os principais fundamentos na Doutrina são explicados por Jervis (2003), sendo estes: I) a democracia e liberalismo como importante para determinar a política externa do país por base nas crenças internas, em um momento oportuno para transformar a política internacional via da exportação da democracia; II) guerra preventiva, sendo a principal estratégia de combate ao terrorismo; III) unilateralismo, agindo sozinho quando necessário, e por fim, IV) reafirmação da hegemonia norte-americana para garantir sua segurança nacional e a estabilidade do mundo por meio da propagação da democracia liberal. A nova estratégia de ação americana se dá portanto na ênfase da promoção da democracia, com o uso da força, caso necessário, na manutenção do papel hegemônico dos Estados Unidos no SI e na possibilidade de ações preventivas para lidar com as novas ameaças.

Quanto a questão da hegemonia norte-americana, além da supremacia militar apontada por autores como Arrighi e Silver (2001), adquirem relevância também as dimensões econômica e cultural. Na questão econômica, observa-se a

Superioridade tecnológica em quase todos os campos estratégicos da concorrência [...]; superioridade no controle de fontes naturais de recursos estratégicos; rede produtiva de maior amplitude e densidade do mundo; manejo do mercado de trabalho mais diverso do ponto de vista cultural, geográfico e de níveis e tipos de conhecimento; capacidade de controle dos mecanismos de organização econômica mundial tais como políticas gerais (BM, OMC e outros), dívida (FMI, FED e outros), protocolos de regulamentação etc.” (CECEÑA, 2002:168-169 *apud* Ayerbe, p. 335, 2002).

A questão da hegemonia nos organismos econômicos internacionais toma maior relevância em relação a países periféricos fortemente dependentes de recursos externos, como é o caso da Nicarágua, provando-se mais uma vez a condição de relação assimétrica que permeia os dois países. Em âmbito cultural, isso também se torna evidente no que consta a capacidade de generalizar paradigmas culturais que correspondem ao *american way of life*, coincidindo com a homogeneização e a uniformização das visões sobre o mundo (CACENA, 2002).

Dentro dos paradigmas aqui mencionados, a PE norte-americana trabalhou na classificação de países de acordo com seu grau de aceitação dos padrões norte-americanos em temas como direitos humanos, proliferação de armas, liberdade de expressão e etc, aplicando sanções aos países que não atendam tais critérios. Dessa forma, também promovem os negócios empresariais norte-americanos sob a bandeira do livre comércio, além de influenciar as políticas do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional segundo essas mesmas ambições e intervindo em conflitos locais de pouco interesse direto para o país.

Ayerbe (2005) argumenta que a reação unilateralismo de Bush é o que marca a gestão da sua PE e pode ser caracterizada como neo-imperialista e ameaçadora. O autor também levanta que a persistência no unilateralismo seria altamente custosa ao país e se fixaria em micro potências, como Irã e Cuba, aliados de Ortega já nos primeiros momentos de seu governo. Após o 11 de setembro de 2001, os EUA e a América Latina teriam vivido, segundo Hakim (2006), durante o período Bush uma “relação de esquecimento” e por políticas “esporádicas, sem alvo claro e geralmente ligadas a situações urgentes ou problemáticas”.

3.3 A POLÍTICA EXTERNA DE BARACK OBAMA (2009-2016)

Em sua obra sobre a política externa de Bush e de Obama para a América Latina, Ayerbe (2009) afirma que as continuidades se perpetuam muito mais do que as rupturas entre a gestão de um presidente e outro. Enquanto Bush, usando o pretexto da guerra ao terror, adotava uma postura discursiva mais beligerante, que tinha como eixo central a concepção de um mundo pautado pela ênfase na segurança e um papel dos Estados Unidos de “polícia do mundo”, Obama adota a concepção de *Smart Power*, buscando uma retomada no discurso do internacionalismo liberal de Bill Clinton (período de governo), o que na prática significa a delegação das tarefas repressivas e de controle para os aliados norte-americanos ao redor do mundo.

Portanto, a gestão de Obama em relação a América Latina foi marcada por uma continuidade do paradigma anterior, ainda que tenham sido observadas algumas mudanças, principalmente no que costuma a aproximação com Cuba. Ainda assim, a influência das propostas econômicas e políticas liberais foram acentuadas. No ano que Obama se lança candidato, apresenta uma série de propostas que deveriam nortear a PE norte-americana na América Latina, descritas por Vigevani e Magnotta (2016): 1) fortalecer a democracia e o Estado de Direito nas Américas; 2) enfrentar ameaças comuns, como o tráfico de drogas, as quadrilhas transnacionais e o terrorismo; e 3) combater a pobreza, a fome, problemas nos sistemas de saúde, e o aquecimento global. A atuação dos EUA se daria pautada em 3Ds: diplomacia, defesa

e desenvolvimento, omitindo “D” de democracia que, como se verá adiante, seria altamente mencionada na sua gestão (SYED, 2010).

Vigevani e Magnotta (2016) argumentam que mesmo com as fortes intervenções na Venezuela e tentativas de enfraquecimento da ALBA, em vista da atenção que a gestão Obama forneceu ao Oriente Médio em meio a primavera árabe de forma geral, a América Latina não estava no radar de prioridades do governo. Enquanto a países mais críticos aos EUA, a contenção foi ambígua como argumentam os autores.

Instrumentos tradicionais como pressões, retaliações, fortalecimento de oposições internas, inclusive com desestabilização da ordem democrática foram utilizadas, apoiando-se na opinião pública norte-americana e internacional com motivos políticos e ideológicos, especialmente latentes no caso da Nicarágua. Em relação a Venezuela, as intervenções se deram pelas dificuldades de interesse que iam de encontro aos EUA e são aqui mencionadas por serem os primeiros passos em direção de uma maior interferência na Nicarágua.

Em sua maioria, as acusações norte-americanas tendiam se relacionavam à violação de direitos humanos, voltando-se a pressões diplomáticas. Assim, Obama não lançou mão de instrumentos tradicionais de pressão, principalmente no que constam argumentos retóricos, particularmente os relacionados aos direitos humanos. Vigevani e Magnotta (2016) sustentam que período Obama será lembrado como de melhora nas relações com a região, mas sem apresentar mudança significativas de paradigma.

Pode se dizer, portanto, que os pontos mais relevantes da PE dos EUA para a região foram dentro das repetidas declarações de comprometimento com o apoio à democracia, enfatizando o universalismo, contraponto o que fosse entendido como retrocessos democráticos por meio de mecanismos diplomáticos, assistência à democracia e sanções econômicas, esta última medida efetuada a Nicarágua com a *Nica Act*. Observa-se destarte que a PE de Obama está em consonância com os princípios ideacionais no pós-Guerra Fria, de modo que a retórica sobre democracia permanece, com o comprometimento norte-americano em apoiar esses regimes, haja vista como “missão americana” no que consta o papel central dos EUA na exportação da democracia, inclusive por seu *status* global de símbolo da liberdade (CAROTHERS, 2013).

Um contraponto à afirmação de que os EUA, durante a gestão Obama, deram pouca atenção a América Latina podem ser encontrados no artigo de Claudio Katz (2016), que argumenta que os EUA não só mantiveram-se presentes na região, como reforçaram sua presença na América Central. Um exemplo da manutenção da sua influência na região é através dos aparatos militares, entre eles o Comando Sul de Miami. É necessário mencionar nesse

sentido que além de zona de influência, os EUA entende a América Central como sua zona de segurança, o que justifica a atenção dada à região. Entretanto, o autor concorda que o papel geopolítico da América Latina não teve alterações substantivas, assim como os instrumentos de coerção.

A partir disso, o autor defende que os EUA não perderam o interesse na região, mas utilizam-se de uma diplomacia mais amigável, ainda que não tenha abandonado o uso da força militar. O país trabalha na busca pelo controle dos recursos naturais, principalmente diante da crescente presença da China na região, incluindo-se na Nicarágua, com a tentativa de construção de um canal interoceânico, como será visto adiante. A Aliança do Pacífico é um exemplo da penetração americana na região, no que o autor chama de “*instrumento geopolítico de esta acción [...], que apunta a retomar los objetivos imperiales que no se alcanzaron por medio del ALCA*” (p. 129, 2016).

Além da agenda militar, também se observa os demais pilares que sustentam a PE norte-americana na região, sendo estes: i) Promoção de oportunidades econômicas e sociais; ii) Segurança cidadã; iii) Energias sustentáveis e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas e iv) Fortalecimento efetivo das instituições de governança democrática. A última categoria foi especialmente sensível ao caso da Nicarágua, devido à utilização da cooperação internacional como forma de presença no país.

Segundo Salaza (2016), diferentemente do que é levantado por Vigevani e Magnotta (2016) sobre a atuação americana ter se pautado de forma pacífica, a administração de Obama trabalhou em várias ações que visavam cumprir o objetivo de desestabilizar, e quando possível, derrubar por meios predominantemente "institucionais" aqueles governos da América Latina e do Caribe qualificados genericamente como "anti-americanos", que são predominantemente os países formadores da ALBA.

A retração das relações com a ALBA durante o governo Obama se deu principalmente em relação a Venezuela (enquanto experimentava-se uma aproximação com Cuba). Nesse sentido, a retórica norte-americana voltou-se, como de costume, a retaliações da gestão considerada não democrática de Chávez. Como destaca Salaza sobre a fala de Hillary Clinton (p. 254, 2014 apud SALAZA, p. 331, 2017):

las “políticas autoritarias” y de “control estatal de la economía” desplegadas por el gobierno venezolano encabezado por el “dictador ególatra” Hugo Chávez; quien durante años “trabajó para subvertir la democracia en su propio país y a través de la región”. También – junto a “sus amigotes” de Bolivia, Ecuador y Nicaragua – para “debilitar” los “fuertes principios” establecidos en la Carta Democrática Interamericana [...].

Dessa forma, os EUA têm o entendimento, como disserta Salaza, que a derrota da Revolução Bolivariana contribuirá para conter a perda de espaço de influência norte-americano, retomando-se a "liderança americana" no sul político do continente americano e possibilitando uma maior ingerência na região.

3.4 A POLÍTICA EXTERNA DE DONALD TRUMP (2017-ATUAL)

É durante a gestão de Donald Trump que observa-se o maior acirramento da relação entre a Nicarágua e os EUA. Como defende Morgenfeld (2018), a nova administração republicana deposita maior implementação em ferramentas de *hard power*. Com a volta do Partido Republicano ao governo, bem como de seu discurso beligerante, uma política externa mais próxima à de Bush parece estar em voga, de modo que a guerra híbrida, vista posteriormente, permeia a política externa do país para com seus adversários.

A América Latina avançava, ainda que com dificuldades, na construção de uma integração alternativa a presença norte-americana e isso se dava em consonância com a crescente presença de vários atores extra-hemisféricos, sendo o mais importante nesse contexto, a China. Diante dessa situação, Washington tentou se reposicionar em uma região historicamente estratégica por sua projeção.

Em relação a ALBA, o “cerco” a Venezuela se tornou mais visível, com a expansão das sanções econômicas que já haviam sido aplicadas durante a gestão anterior. Mas desta vez, mudando-o em tal grau da retórica empregada, Donald Trump afirmou que não descartou uma “ação militar” para derrubar “a ditadura venezuelana” e não sendo possível uma mudança pacífica de regime, Tillerson (2018) sinaliza sobre a possibilidade de um golpe de Estado.

Salaza (2018) argumenta que Trump abandonou quase todas as “estratégias inteligentes” anteriormente empreendidas pela administração de Barack Obama que tinham como objetivo alcançar no médio prazo mudanças favoráveis aos interesses americanos. As ações se voltaram principalmente em fortalecer o bloqueio a Cuba, retardando políticas anteriores, dentro do interesse maior americano de derrubar os governos membros da ALBA, particularmente os de Cuba, Nicarágua e Venezuela. Dessa forma, a visão sobre o sul do continente considera este como um prolongamento do seu território, projetando-se assim uma contra-ofensiva com objetivo de desestabilizar os governos que possuem projetos nacionais ou regionais sem a aprovação da política norte-americana. Assim, Figueredo argumenta (2018):

Todas las decisiones adoptadas contra Venezuela se enmarcan en las directivas presidenciales de la Administración de Obama de 2015, refrendadas en 2016, en las que se ha calificado al país andino como una “amenaza inusual y extraordinaria a la seguridad nacional de Estados Unidos”. De ahí que su relativo declive como potencia global no necesariamente signifique un deterioro equivalente de su capacidad para

controlar su tradicional “zona de influencia”. Es indudable que el predominio que Estados Unidos tenía antes en la región hoy ciertamente no es exactamente el mismo (p. 211).

Salaza (2018) ainda afirma que em relação a Nicarágua, o governo presidido por Trump continuou a implementar ações destinadas a desestabilizar o governo de Daniel Ortega, além de criar as condições internas necessárias para o Congresso dos EUA aprovar sanções mediante a *Nica act*. Paralelamente, houve também uma diminuição significativa nos fundos de “assistência humanitária e de desenvolvimento” que o governo anterior vinha oferecendo ao governo nicaraguense. As chantagens na retomada da assistência seria mediante os membros da Petrocaribe aceitarem a Iniciativa de Segurança Energética do Caribe, anteriormente empreendida por Barack Obama, com o objetivo de eliminar a “dependência energética e financeira” que estes possuem do governo da Venezuela, transitando novamente para a dependência dos países em relação as políticas norte-americanas. Tais objetivos incluem-se na nova Estratégia Nacional de Segurança, lançada no ano de 2017. A nova estratégia inclui elementos de segurança interna, em particular a questão das fronteiras, política comercial e fortalecimento da economia de mercado. O documento está dividido em quatro principais questões: a proteção do povo americano, promover a prosperidade, preservar a paz através da força das instituições nacionais e garantir a capacidade de influência global.

Esses elementos permitem identificar que os EUA empregaram durante a gestão de Trump até 2018, ano final de escopo desse trabalho, um conjunto de estratégias que visaram aumentar as vantagens que o país possui no Hemisfério Ocidental, com o objetivo de proteger seu país através de políticas nacionalistas, reconstruindo sua fortaleza militar e recuperando sua posição estratégica na economia mundial capitalista, e conseqüentemente garantir sua capacidade de influência global. Trump parece, portanto, ter retomado a utilização de políticas unilaterais, de interferência e militarismo, apresentando-se como uma ameaça crescente para a América.

Por fim, menciona-se o trabalho de Korybko (2018) sobre uma nova estratégia de PE americana que como ser relacionada a Nicarágua. A guerra híbrida passou a constituir o eixo central da política externa norte-americana para com os países periféricos – como o caso da Nicarágua - que se opõem a suas diretrizes políticas e econômicas. Testada pela primeira vez na Sérvia no ano 2000 para a deposição do presidente Slobodan Milosevic, os documentos vazados pelo *WikiLeaks* dos órgãos de segurança norte-americanos sugerem que esta forma de política externa beligerante consolidou-se como *modus operandi* para transições políticas não democráticas que garantam um alinhamento do país-alvo aos interesses do Estado norte-

americano. Isso se comprova ainda mais ao retomar os custos políticos e econômicos para os governantes norte-americanos de intervenções diretas em países-alvo - como as ocorridas nas guerras do Iraque e do Afeganistão - frente à comunidade internacional e a própria opinião pública norte-americana. Korybko define sua concepção de guerra híbrida como:

Um pacote híbrido excepcional de dominação intangível e tangível das variáveis do campo de batalha que manifesta-se de maneira largamente indireta. Em suma, ela é o paradoxal “caos estruturado” (na medida em que pode ser assim considerado) que está se tornando uma arma para satisfazer objetivos de política externa específicos. Isso faz dela tanto uma estratégia como uma arma, dobrando sua eficiência no combate por procuração e igualmente desestabilizando seu alvo (p. 98)

Ela se compõe de duas fases: uma revolução colorida que é seguida por uma guerra não convencional se o objetivo de transição política não for alcançado. Orquestrada através de redes sociais e com pautas generalistas estabelecidas por propaganda intensiva de abordagem indireta previamente a detonação da primeira fase do processo. Privilegiando protestos em lugares simbólicos do poder político nacional, as revoluções coloridas operam através da viralização dos protestos na internet, buscando uma cobertura favorável da opinião pública norte-americana para que o país possa impor pesadas sanções contra o governo-alvo sem ter um desgaste com a opinião pública dos Estados Unidos, dessa maneira colapsando a economia do país-alvo e garantindo a transição. Quando a revolução colorida por si só não consegue derrubar o governo, desencadeia-se uma guerra não convencional, sendo fundamental a parceria de um país vizinho aliado aos Estados Unidos para garantir suporte militar e financeiro por procuração a oposição engajada nessa guerra não convencional (e que foi recrutada em parte entre os setores mais radicalizados da revolução colorida e em parte por mercenários). O país vizinho age como fator de desestabilização também na medida em que intimida que o país-alvo não utilize plenamente suas forças armadas para o combate da guerra não convencional. O maior sucesso da guerra híbrida foi a transição política não democrática na Ucrânia em 2014, também sendo muito utilizada na série de transições conhecidas como Primavera Árabe e tendo o exemplo mais importante na América Latina na tentativa de golpe na Venezuela, em que revolução colorida e guerra não convencional foram utilizadas, com suporte da vizinha Colômbia, para derrubar o governo de Nicolas Maduro.

Pelas características internas do processo, suas pautas e sua forma de organização, acredita-se que as mobilizações em 2018 na Nicarágua se trataram da aplicação da guerra híbrida em sua primeira fase, a revolução colorida. O fato de que países fortemente alinhados aos EUA como a Guatemala fazem fronteira direta com a Nicarágua corroboram essa afirmativa. Apesar da radicalização dos protestos, a fase da guerra não convencional não chegou

a ser desencadeada por constatar-se o ainda sólido apoio do governo de Daniel Ortega em uma considerável parcela da população, não conseguindo a guerra híbrida atingir uma de suas metas que são pautas generalistas e totalizantes. Contudo, à medida que sanções parciais sejam impostas pelo governo Trump à Nicarágua e a situação econômica do país venha a deteriorar-se, é possível uma segunda tentativa de guerra híbrida, dessa vez com ambas fases.

3.5 CONCLUSÕES PRELIMINARES

Foi observado nesse capítulo que a PE norte-americana inclui a América Latina como zona de influência desde a sua concepção, com a Doutrina Monroe e a política de *big stick* atuando como ferramentas de interferência nos países da região. Também se observou que a América Latina, e a Central, com maior ênfase, é entendida como zona de influência, de modo que o país procura conter governos que ameacem a sua posição hegemônica na região, além da crença no universalismo e nos valores democráticos. As estratégias atualizadas ficam claras na abordagem da guerra híbrida, direcionada principalmente para países periféricos, incluindo-se assim os membros da América Latina, na manutenção de governos alinhados aos interesses norte-americanos.

Ainda ficaram em evidência os meios que os EUA impõem a sua influência, utilizando a hegemonia financeira e militar como ferramentas de ação. A questão econômica em relação a América Latina aparenta ser a mais importante, devido a dependência dos países da região, que ainda que se diferencie em grau, existe em todos os casos. Os EUA, portanto, além de aplicar a sua política econômica por meio de órgãos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) também utiliza da sua hegemonia econômica na formulação de sanções a países que ameacem a sua presença. Isso fica claro em relação a ALBA, incluindo-se a Nicarágua nessa política a partir de 2016.

Em relação aos presidentes que estiveram a frente da Casa Branca durante o período estudado, o governo de Bush Filho é marcado pela formulação de nova doutrina de PE, com uma visão conservadora e acentuando o poder militar norte-americano. Além disso, também foi salientando a democracia liberal e importância de manter o país como hegemônico do SI. A guerra preventiva, principal guiadora da sua PE, foi direcionada principalmente aos países do Oriente Médio, de modo que a América Latina não foi a região com maior focalização das suas políticas e o unilateralismo marcou a sua gestão. Quanto a Obama, observou a manutenção dos princípios já constituídos, ainda que dissolva a ação unilateral, delegando funções para os países alinhados e utilizando a estratégia de *Smart Power*. Assim, os EUA mantiveram-se presentes na região de formas alternativas à esfera militar e priorizando formas institucionalizadas de

intervenção, discursos de apoio a democracia liberal e ao universalismo, sem abrir mão de políticas tradicionais. Por fim Trump transaciona para uma política mais dura para a América Latina, ainda que mantenha o arcabouço institucional como ferramenta de interferência e trabalhando na desestabilização de países ou projetos que vão contra os interesses dos EUA, além de uma política fortemente nacionalista.

4 AS RELAÇÕES EXTERNAS NICARAGUENSES: ESTADOS UNIDOS E CONTRAPESOS

Até o momento, foi trabalhada a questão da mudança dentro da FSLN como grupo revolucionário ao *status* de partido político e os principais norteamentos da PE norte-americana. Observou-se a reconfiguração de pensamentos e atitudes dentro da Frente, perdendo o caráter revolucionário e partindo para uma definição de partido de esquerda tal qual como nos demais países dentro do contexto da Onda Rosa. Tais transições auferiram mudanças na tomada de decisão interna no que consta aos rumos do país, e externamente não poderia ser diferente. Em relação a PE estadunidense, se observou a manutenção de princípios que advém desde a sua formação e a trajetória do pensamento externo, perpassando três presidentes norte-americanos. Finalmente, o capítulo a seguir procurará unir os dois assuntos mencionados, na tentativa de entender a relação da Nicarágua com os Estados Unidos, considerando as teorias que parecem mais se encaixar na política externa nicaraguense, a manutenção de políticas econômicas pautadas pelo FMI e os principais contrapontos a presença americana no país.

4.1 O CASO DA NICARÁGUA: TEORIAS APLICÁVEIS

Cabe mencionar que no estudo de política externa de um país pode haver variações de acordo com a teoria que foi utilizada. Ainda que esse trabalho não possua interesse na análise de teorias, pensa-se como importante a menção dos principais referenciais teóricos que compõem o estudo das Relações Internacionais, além da compreensão de como se dá o processo de tomada de decisão, ou seja, quem são os agentes responsáveis por definir as diretrizes da política exterior de um país. Como exemplo das diferentes abordagens teóricas, as perspectivas tradicionalistas consideram que as decisões de política externa são concentradas exclusivamente no poder Executivo, não havendo a interferência de demais atores, considerando quase puramente a esfera política. Já teorias neoinstitucionalistas possuem uma visão diferente da estrutura internacional, reconhecendo a influência de outros atores, de modo que a tradição pluralista considera que a PE possui um caráter interdoméstico, ou seja, não apenas o Estado, como também uma multiplicidade de atores que interagem e influenciam no processo de tomada de decisão (FIGUEIRA, 2011).

Ainda pode-se mencionar o modelo elaborado por Hermann (1990) que analisa as mudanças na política externa a partir de graus de mudança, sendo os quatro fatores principais líderes, burocratas, reestruturação doméstica e choques externos. O modelo de Hermann parte de uma análise construtivista de política externa, uma vez que leva em consideração fatores internos e externos para a mudança de orientação das políticas internacionais de um país,

unificando agente e estrutura para a realização de sua avaliação, além de que o autor defende que uma mudança de política externa raramente ocorre devido a apenas uma causa, sendo uma análise multicausal mais necessária (SARFATI, 2005).

Nesse sentido, pode-se citar também Robert D. Putnam (2010), quando escreve o texto da lógica dos dois níveis (interno e externo), argumentando que a política doméstica e internacional influenciam umas às outras. O autor considera que o Estado, tomador de decisão, não é um único indivíduo abstrato, mas sim o conjunto de pessoas e instituições. No setor interno, o negociador deve atender às demandas da população e no externo, deve minimizar os danos, barganhar o maior conjunto de vitórias, considerando o ambiente interno e externo interdependentes.

Ao pautarem as dinâmicas inerentes a Nicarágua, autores como Prado (2018) argumentam sobre as características personalistas da política de Daniel Ortega. Por isso torna-se de difícil categorização como se dá a tomada de decisão dentro do país. Porém, devido a interação de fatores, principalmente de cunho político-econômico, considera-se que as teorias que mais possuem abrangência no caso nicaraguense, tal como país periférico no Sistema Internacional (SI), são as teorias de dependência cunhadas nos estudos de Vânia Bambirra e Fernando Henrique Cardoso e Faletto, expostas adiante. Em complementaridade também se utilizará os referenciais de política externa trazidos pela cooperação Sul-Sul e a caracterização das PE dos países latino-americanos durante a vigência da Onda Rosa.

4.1.1 Teorias da Dependência

Para a questão da dependência econômica, o trabalho utilizará principalmente duas obras, dos autores Vânia Bambirra (2013) e Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (2010). Esses autores divergem em suas análises, porém ambos serão úteis para compreender a realidade da Nicarágua. Bambirra (2013) traz um enfoque estrutural para interpretar o desenvolvimento dos países da América Latina, principalmente quais os fatores que possibilitaram a industrialização dos países em diferentes épocas. Dentro da sua classificação a autora considera a Nicarágua um país do tipo B, pois iniciou a industrialização no pós-guerra¹⁰.

¹⁰ Bambirra (2013) tem como objetivo dessa tipologia estabelecer um padrão a fim de entender a relação e nível de dependência que eles apresentam. A razão de ser dessa argumentação está concentrada em um contexto de desenvolvimento em que a indústria é a promotora do desenvolvimento econômico da sociedade, pois o capitalismo ainda dirige os relações sociedades baseada na produção industrial. Assim, o primeiro tipo, o tipo A, caracteriza-se por países cujo processo de industrialização começou antes do período de guerra no século XX. Tal conceito é contraposto ao tipo B, o qual abarca países cuja industrialização resultou de um processo de integração monopólica, começando depois desse período. Há ainda um terceiro tipo, o C, o qual refere-se aos países que não começaram um processo de diversificação industrial, concentrando-se na produção agrária.

Como bem a autora explicita, o processo de industrialização se deu fundamentalmente sob o controle do capital estrangeiro, cuja industrialização foi produto da integração monopólica. Tal ocorrência é vista na Nicarágua, assim como em outros países da América Central, pois, junto com a pressão de grupos empresariais norte-americanos, as indústrias se instalaram em regiões com mão de obra mais barata, com pouca participação de ampla rede da sociedade nos benefícios da industrialização e sem conseguir passar para a etapa seguinte do processo.

Quanto a Cardoso e Faletto (2010), os autores contribuem no entendimento das elites locais para a condição de dependência com o conceito de “capitalismo dependente-associado”, dando importância aos fatores internos para levar à compreensão dos processos estruturais de dependência. Isso se dá porque a estrutura social é diversificada ao passo que diferentes classes conseguem impor seus interesses e força de dominação no conjunto de sociedades.

A condição de dependência está atrelada ao plano político e econômico, no plano externo e interno. Cada forma de dependência produz novos arranjos entre as classes e grupos da antiga forma de dependência. Se a dependência tem explicações exteriores, não se pode negligenciar o papel interno das classes dentro da nação, que na verdade é o que torna possível a própria dependência. Os autores argumentam que a dependência é em si um componente estrutural do capitalismo, em especial na forma como este se desenvolve na periferia do sistema. É do conflito existente no interior dessas classes e de sua organização, ou seja, da conformação do ambiente e das relações políticas, que se dará à expansão ou diminuição da dependência da periferia em relação ao centro. A ideia dos autores é interessante ao trabalho a passo de se compreender a dependência estrutural da Nicarágua, que contribuiu para a falta de autonomia do país e como as elites se relacionam com os EUA.

4.1.2 Cooperação Sul-Sul

No final da década de 1990 e início dos anos 2000 foi observada a consolidação da globalização e o retorno do multilateralismo, adjuntos com uma insatisfação com o liberalismo até ali regimentado. As economias dos países latino-americanos recuperaram-se principalmente em decorrência do *boom* das commodities e é observada uma série de vitórias de partidos de centro-esquerda, marcando o período que é chamada da Onda Rosa. Com a chegada do século XXI, as relações entre os países do Sul fortaleceram-se e tornaram-se mais complexas, dando origem ao conceito de Sul Global (LECHINI, 2012).

Dentro desse contexto, a Cooperação Sul-Sul (CSS) surge como estratégia de atuação dos países periféricos do SI. Como definida por Medina (2019), a CSS é uma rede de relações cooperativa com objetivo de alavancar o desenvolvimento de países periféricos, constituindo

relações Sul-Sul. Baseia-se na identificação prévia de uma série de necessidades acordadas que levarão à formulação de objetivos comuns entre as partes que estabelecem esse relacionamento. As áreas de trabalho dentro da cooperação Sul-Sul estão diretamente relacionadas às necessidades e objetivos de desenvolvimento, que devem ter prioridade para os setores que a capacidade desenvolvida pode ser aplicada em contextos semelhantes, além de otimizar experiências individuais.

Desse modo, os países do Sul tomaram maior relevância e participação no SI, articulando-se em torno de desafios e objetivos comuns no estabelecimento de atividades de cooperação no âmbito Sul-Sul, as quais se davam em contraposição ou complementaridade à relação assimétrica Norte-Sul, motivados pelo entendimento de que os fluxos de provenientes dos doadores tradicionais não eram suficientes para o seu desenvolvimento e marcando assim a ascensão dos países emergentes e um caráter de ação mais pragmático (LECHINI, 2012). Nesse sentido, a adoção de uma política externa voltada ao aprofundamento das relações Sul-Sul, confere maior peso no cenário internacional do que se atuando em âmbito individual.

Além de maior caráter pragmático nas relações, outra característica da atividade Sul-Sul, como defende Caicedo e Peñas (2010) é a transição de uma dinâmica contra sistêmica para uma de aceitação e apreensão das regras do jogo internacional, situação que ocorre com a Nicarágua na década de 1990, marcada pelo fim da Revolução:

Em primeiro, passou-se de uma dinâmica contrassistêmica para uma dinâmica de *hedging* que implica aceitação e apreensão das regras internacionais do jogo. Em outras palavras, os países do Sul não tentarão mudar a estrutura do Sistema Internacional, eles tentarão se tornar condicionadores de regras da ordem global. Em segundo lugar, as organizações internacionais da nova geopolítica do Sul têm objetivos mais pragmáticos e suas associações são mais seletivas. Por fim, o elemento articulador das decisões de política externa é a solidariedade, em oposição à lógica assimétrica das relações Norte-Sul que promoveram o fortalecimento da vulnerabilidade econômica e uma importante dependência comercial em países fracos (CAIEDO E PEÑAS, p. 27, 2010, tradução própria)

Retomando o debate da Teoria da Dependência, cabe assinalar as dinâmicas centro-periferia, evidenciando assim de modo ainda mais claro a importância para os países menos privilegiados da CSS. O centro é composto primordialmente por países economicamente mais fortes e que impõem aos países periféricos uma lógica comercial e financeira que faz a manutenção da riqueza concentrada em país do Norte global. Ainda verifica-se a questão da estrutura dos financiamentos, mantendo a dependência dos países mais pobres no que consta a dinâmica de que na periferia grande parte do financiamento advém do capital estrangeiro, como defende Bambilra (2013). No caso da Nicarágua, isso se observa com clareza em relação ao FMI e aos Estados Unidos, que sempre permearam a política interna e externa do país. E assim,

como defende Lessa (2011), as relações assimétricas resultantes da dinâmica centro-periferia podem ser consideradas uma espécie de imperialismo econômico informal, mantendo a hegemonia dos países centrais em âmbito que perpassam a esfera econômica.

Enquanto a ajuda tradicional fornecida pelos países desenvolvidos pode estar muitas vezes em descompasso com a realidade dos países receptores, a cooperação Sul-Sul se mostra vantajosa por operar em contextos menos assimétricos. Isso se dá, pois a cooperação entre similares dá ênfase na não interferência em assuntos internos dos países receptores e ao respeito a sua soberania, trauma frequente nos países receptores dos auxílios do Norte, que por base nas suas vantagens frequentemente angariadas via exploração de Estados com menos poder utilizam suas maiores capacidade como ferramenta para projetar sua influência. E ainda, muitos doadores do Norte alinham suas condicionalidades às do FMI e do Banco Mundial e entendem o não cumprimento por parte dos países receptores como razão para a interrupção dos fluxos de cooperação. Dessa forma, não é uma surpresa que os países do Sul percebam vantagens em estabelecer atividades de cooperação entre si, além de formarem blocos com mais poder de barganha internacional.

Os resultados da cooperação Sul-Sul já se tornam visíveis em estudo feito por Medina e Muñoz (2019). Na América Latina, entre 2003 e 2013, percebeu-se um fortalecimento das políticas econômicas soberanas pelos governos progressistas da região devido ao aumento dos preços de matérias-primas (principalmente petróleo) e outras *commodities*, que é especialmente importante na aliança que a Nicarágua estabelece com a Venezuela, reduzindo assim parte da influência americana no país; e exercícios de repatriação de capital e redução da dívida externa, que como será visto adiante, é um tema controverso no que consta a governança de Ortega e evidencia algumas contradições do seu governo. O crescimento econômico dos países da região significou também um aumento de recursos, utilizados para o financiamento de políticas nacionais de desenvolvimento e investimento social, bem como para políticas de integração regional e de cooperação Sul-Sul.

4.2 A ALIANÇA BOLIVARIANA PARA OS POVOS DA NOSSA AMÉRICA (ALBA) COMO CONTRAPOSIÇÃO A INFLUÊNCIA AMERICANA NA NICARÁGUA

Já realizada a teorização e identificada importância da cooperação Sul-Sul, parte-se para o exemplo mais claro em relação a Nicarágua. A relação com a ALBA, e mais especificamente com a Venezuela, é importante para o trabalho e para a compreensão da dinâmica entre a Nicarágua e EUA por fazer o contraponto da presença americana no país, de modo que a política externa americana se volte à desestabilização da Venezuela, enfraquecendo

assim o grupo e os membros que o compõe. Isso fica claro a partir de 2013, quando sanções econômicas impostas à Venezuela enfraqueceram os demais países da ALBA, possibilitando maior ingerência americana principalmente na Nicarágua e em Cuba na presidência de Donald Trump. Assim, a ALBA se desenvolve em um cenário de polaridade com os Estados Unidos e com outros estados da região (como exemplo, a Colômbia). Além disso, a ALBA acabou possuindo influência no Caribe e na América Central, principalmente devido à proximidade ideológica com a Nicarágua (SIERRA, 2017). Isso fica mais claro com o discurso executados por Ortega na XIII Cumbre de la ALBA-TCP:

Ou seja, os Yanque devem estar claro que a América é rebelde; Ele sempre foi rebelde e hoje mais do que nunca se rebela com a força que conseguimos construir. E eles podem eliminar um líder por aqui, mas outros líderes surgirão e as lutas de nossos povos se multiplicarão. Das sanções anunciadas contra a Revolução Bolivariana - e Nicolás já demonstrou com firmeza o povo de Bolívar, o povo de Chávez -, diante dessas sanções, eu disse lá em Manágua que temos que fazer nossa lista também, lista de Estados terroristas, e em nossa lista deve ter o estado Yanque como o primeiro país, como o primeiro estado terrorista, porque é um estado que praticou o terrorismo ao longo de sua história. É até o único país que foi condenado pelo Tribunal Internacional de Justiça por terrorismo, quando fomos lá para acusar os Estados Unidos e o Tribunal condenou os Estados Unidos por terrorismo. O Tribunal é o mais alto tribunal de justiça que o planeta possui nas Nações Unidas, que deriva das Nações Unidas. Deveríamos fazer a nossa lista (ORTEGA, 2014).

É cabível, então uma pequena elucidação da existência da ALBA. A plataforma de cooperação surge como uma iniciativa da Venezuela¹¹ e de Cuba no início do século XXI, em um contexto de governos progressistas na região (vide Onda Rosa), *boom* de *commodities* e uma distância controlada dos EUA. O grupo é composto atualmente pela Venezuela, Cuba, Bolívia, Nicarágua, República Dominicana, além de ilhas no istmo centroamericano. A ALBA, dentro de uma instância de cooperação Sul-Sul, passa por um período de fortalecimento entre 2005 e 2013, sendo posteriormente afetado pela redução nos preços do petróleo e pela crise venezuelana.

García (2019) sugere que o projeto da ALBA forma um novo regionalismo estratégico que pode ser caracterizado por três componentes principais:

Primeiro, a ênfase nos elementos do antigo regionalismo, especialmente a criação de empresas estratégicas e alianças comerciais e industriais ligadas ao papel do Estado

¹¹ Venezuela e Cuba foram os pensadores da formação da ALBA. Dentro do quadro da ideologia do projeto integracionista, a ALBA foi proposta como um mecanismo de integração que busca promover a luta contra a pobreza, preservando a soberania e identidade latino-americana, além de estimular a transferência de tecnologia, assistência técnica, treinamento de recursos humanos e tentam aproveitar a capacidade e os recursos das empresas nacionais. Para Chávez, o projeto também visava abordar o abuso de monopólios e oligopólios por meio de mecanismos que garantam "concorrência saudável" e facilitem a interrupção da manipulação dos investidores contra os interesses dos Estados Unidos (ROSETO e BLANDÓN, 2014).

como ator estratégico. Segundo, o conceito de multidimensionalidade além da esfera econômica e os elementos comuns emergentes que caracterizam o modelo socioeconômico da ALBA-TCP. Terceiro, as políticas econômicas articuladas em torno do conceito de soberania e a conformação de uma ação regional em torno dessas políticas (GARCÍA, p.175, 2019).

Dessa forma, o regionalismo estratégico na ALBA também possui uma visão de desenvolvimento endógeno com inclusão social e comércio solidário. E ainda, na ALBA, a soberania se tornou uma questão crucial na construção de um novo regionalismo estratégico.

Medina (2016) defende que o projeto da ALBA tem características prevaletentes no que consta a presença de um discurso anti-imperialista, contendo um conjunto de propostas de desenvolvimento baseadas em experiências nacionais e uma complementaridade econômica. Segundo seus defensores, não pode haver uma área de livre comércio sem que as assimetrias históricas entre países não sejam corrigidas, o que implicaria um processo bastante longo, se, por exemplo, forem consideradas as diferenças entre a economia venezuelana e a nicaragüense (ROSETO & BLANDÓN, 2014), como elucidada Ortega:

Lá, o mundo teve a oportunidade de ver um alto grau de maturidade nos governos da América Latina e do Caribe, e ali os Estados Unidos da América que tentaram torpedear esse objetivo de diferentes formas não tinham mais nada a não ser aceitar, aceitar que, contra a vontade deles, se estava construindo esse espaço da América Latina e do Caribe. E nós, membros da ALBA-TCP, que caminhamos por todo esse caminho desde o comandante Chávez, Fidel e agora com o presidente Nicolás Maduro, conhecemos perfeitamente bem, e todos os governos que questionam a Venezuela, e eles também o conhecem. o governo dos EUA sabe que a Revolução Bolivariana não subverter a ordem ou conspirar contra nenhum governo da América Latina e do Caribe, nem contra o próprio governo dos EUA. O que a Revolução Bolivariana fez foi promover a integração dos povos de nossa América, promover a cooperação, o comércio realmente justo entre os povos de nossa América; Contribuir para os povos mais pobres de Nossa América e outros povos com economias já mais desenvolvidas poder se encontrar, trocar e compartilhar para combater e erradicar a pobreza, mesmo trazendo programas para os pobres dos Estados Unidos, para que não morram de frio no mundo no inverno Foi isso que fez a Revolução Bolivariana. E, o que está claro é que o que ele enfrenta aqui é a política egoísta que é a essência do imperialismo e tem sido a essência do colonialismo ao longo da história e dos imperialismos ao longo da história. da Humanidade, que é ocupar, não ajudar, mas saquear. Essa tem sido a prática, em contraste com o que Fidel pregou e praticou, e Chávez pregou e praticou, que é a Política da Justiça, da Generosidade no sentido mais limpo e melhor da palavra, que é contribuir para os Povos. em qualquer lugar do mundo e em particular nessa região no combate à pobreza (ORTEGA, 2018).

A importância da Venezuela inserida na ALBA e também para a Nicarágua se deu mediante a política venezuelana de canalizar e redistribuir lucros recuperados através da soberania do petróleo para o desenvolvimento inclusivo da região. Entretanto, é claro que essas políticas de desenvolvimento regional estão ligadas à soberania do petróleo e, portanto, tudo o que afeta a geopolítica do produto tem impactado severamente a capacidade da Venezuela de dar continuidade a elas (GARCÍA, 2019). Isso fica claro quando o preço do petróleo abaixo de US \$ 40 por barril enfraquece a economia venezuelana, abrindo espaço para uma crescente

influência de Washington na América Central e no Caribe que “ajuda a entender a situação turva, tingida de ostracismo e, portanto, incertezas pelas quais a ALBA está passando atualmente” (SIERRA, p. 125, 2017, tradução própria).

O ataque americano não tardou na tentativa de quebra do projeto, multiplicando as investidas e sanções contra a Venezuela após a morte de Hugo Chávez em 2013 e tornando a Nicarágua mais exposta aos levantes norte-americanos. Assim, a fortificação do projeto da ALBA traduz um contraponto aos projetos americanos para a região, e o inverso também é verdadeiro (GARCÍA, 2019). Essa iniciativa surge do compromisso venezuelano de um projeto latino-americano de integração econômica, política e sociocultural que se oponha ao projeto norte-americano de uma área de livre comércio para a ALCA Américas (ROSETO e BLANDÓN, 2014).

Rosero e Blandón (2014) ainda alertam que grande parte das exportações do Caribe são destinadas à América do Norte e Europa, favorecendo problemas sociais e políticos marcados pela dinâmica de comércio assimétrica que perpassam a deterioração nos termos de troca (como toda a dinâmica incluída em países que a matriz produtora se concentra em produtos primários). Tal contexto coloca o Caribe em uma situação bastante complexa, que o obriga a continuar subordinando das suas políticas internas e externas a demandas e atores externos no Norte, além de ocasionarem a manutenção de uma relação de dependência, como propõem Bambilra e FHC e Fallete.

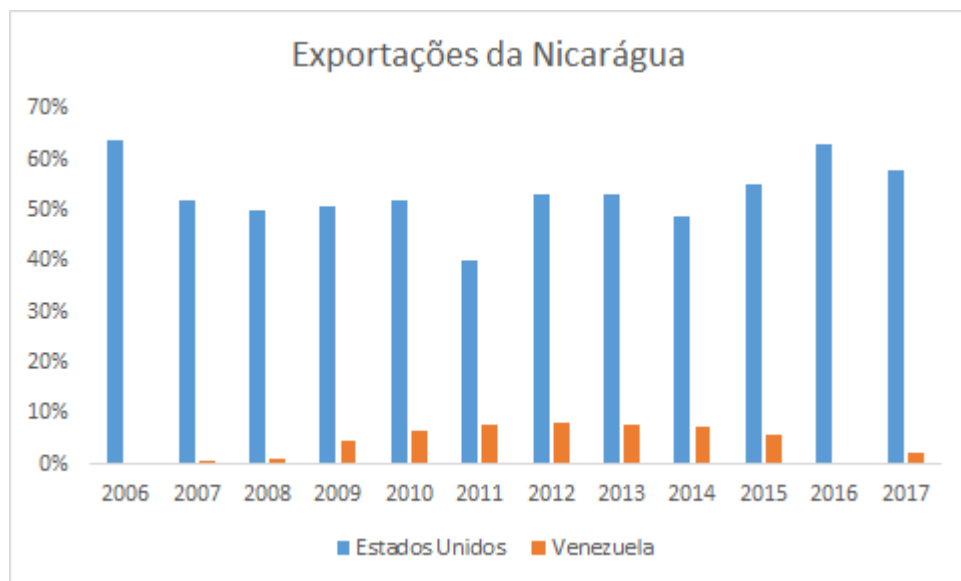
A ALCA nesse nível de análise, para muitos e diversos atores da região, pode significar a anexação econômica e política definitiva da América Latina e seus recursos estratégicos para os Estados Unidos. A ALBA-TCP, dentro dessa mesma linha de análise, pode implicar a possibilidade de maior autonomia regional e fundamentalmente a proteção de recursos estratégicos, indispensáveis ao desenvolvimento imediato e ao futuro da América Latina (Rosero e Blandón, p. 32, 2014).

Os atentados americanos contra o bloco ficam claros a partir de 2015, quando impõe um pacote de sanções à Venezuela, no qual Obama proclamou uma "emergência nacional", em uma clara retórica de que a Venezuela constituía uma ameaça incomum e extraordinária aos interesses dos EUA. A entrada de Donald Trump na presidência dos EUA endurece as posições em relação a Cuba e a Venezuela, impondo sanções mais abrangentes à Venezuela em agosto de 2017 e endurece a posição em relação a Cuba no mesmo ano. No final de 2018 é a vez na Nicarágua sofrer ataques, quando o governo dos EUA anunciaram novas sanções contra Venezuela, Cuba e Nicarágua acusando esses países de fazer parte de uma "*troika* de tirania" (FLORES, 2018).

As perspectivas da vigência do bloco e da manutenção da soberania dos países que o compõem estão em relação a aproximação da China e a Rússia na região, que já têm investimentos significativos e também concederam empréstimos ou dívidas perdoadas a diferentes países, de modo que os EUA buscam fortalecer sua posição na região contra a esses países. Um exemplo é a questão do projeto do canal interoceânico exposto mais detalhadamente adiante (GARCÍA, 2019).

Os resultados do aprofundamento das relações entre a Venezuela e a Nicarágua ficam claros também no âmbito comercial, com o aumento das exportações nicaraguenses para o país. Antes de 2007, as vendas para a Venezuela eram ínfimas, ao passo que sete anos depois passam a ser o terceiro maior destino depois dos Estados Unidos e América Central (OEC, 2019). Entretanto, mesmo com o aumento venezuelano da participação nas exportações da Nicarágua, os Estados Unidos continuaram sendo seu maior comprador, assim como fornecedor, como pode ser vistos no gráficos 5 e 6 que destacam o percentual de participação da Venezuela e Estados Unidos no comércio exterior nicaraguense:

Gráfico 5 - Exportações da Nicarágua



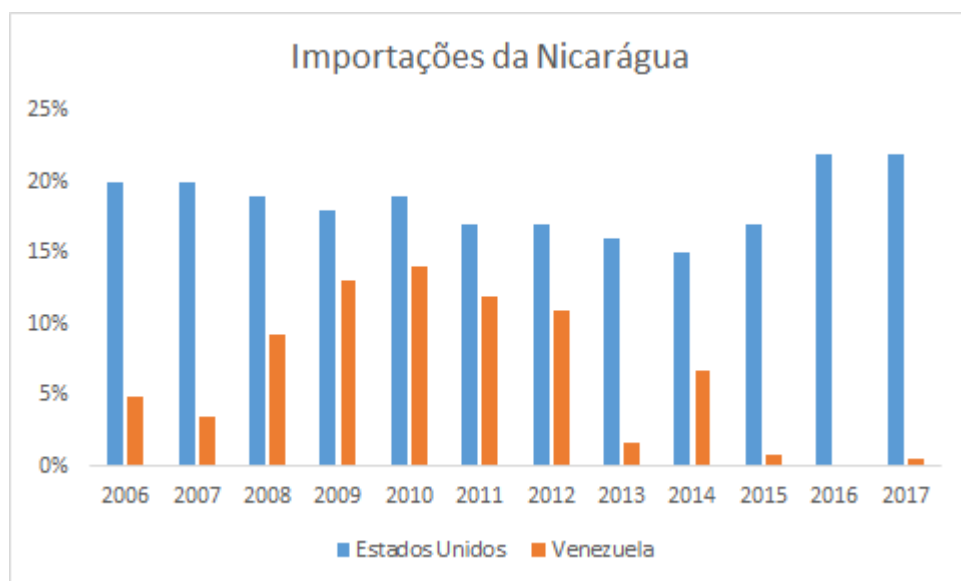
Fonte: OEC (2019) - Elaboração própria

Destaca-se o crescimento das exportações para a Venezuela, sendo seu ápice em 2013 e queda em decorrência da crise venezuelana, aumentando assim as exportações para os Estados Unidos, que mesmo com o contrapeso venezuelano, dentro o período de 2006 a 2017, nunca deixaram de possuir uma participação nas compras abaixo de 40%. Sobre o ano de 2016, a OEC não consta dados sobre o comércio internacional venezuelano, mas buscas no Trade Map (2019)

indicam que, em 2016, pelo menos 2,4% da produção nicaraguense foi repassada à Venezuela, seguindo a tendência de queda nos anos subsequentes (2,37% em 2017 e 0,42% em 2018).

Da mesma forma, as importações nicaraguenses de produtos venezuelanos cresceram com a gerência da ALBA, atingindo seu ápice em 2010 e caindo em decorrência da crise no país ficando claro também o crescimento da dependência por produtos norte-americanos

Gráfico 6 - Importações da Nicarágua

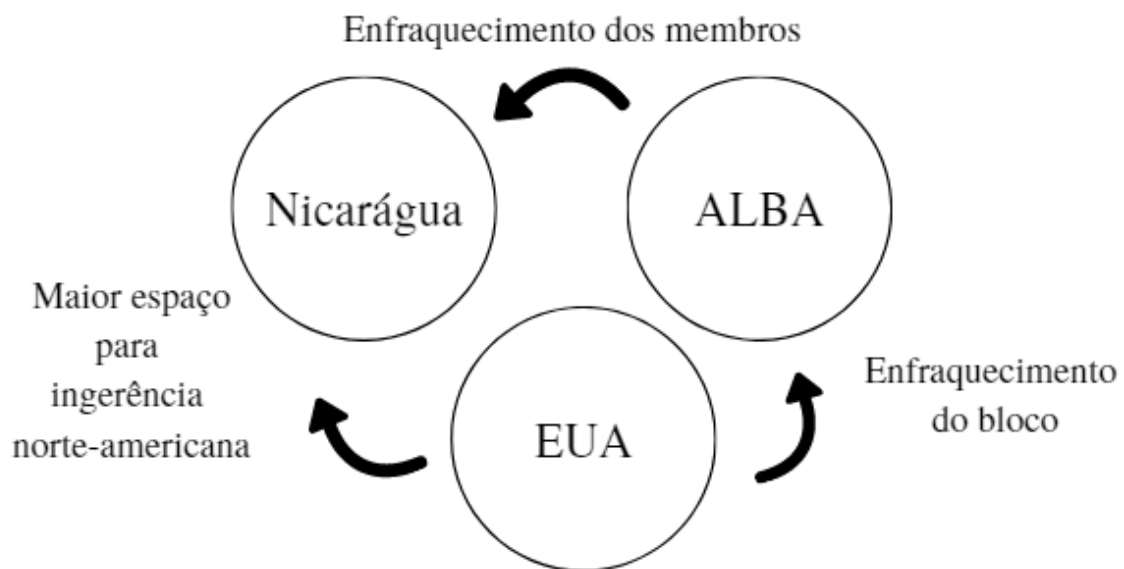


Fonte: OEC (2019) - Elaboração própria

A concentração de empresas exportadoras também possui relevância como mostrado pelo estudo de Mario de Franco e Diego Arias (2011) que constataram que um pequeno número de empresas dominava as exportações e importações de produtos-chave da Nicarágua. Assim, o crescimento do país em meio ao *boom* de *commodities*, levando ao alavancamento das exportações trouxe a concentração de benefícios para essas empresas, embora os produtores diretos fossem numerosos e, presumivelmente, também fossem beneficiados, ainda que em menor escala. Assim, a manutenção da dependência se faz principalmente à luz da teoria de Cardoso e Faletto (2010), em um contexto que os fluxos de recursos existentes do Banco Interamericano de Desenvolvimento e do FMI, permitiram uma avaliação positiva das elites sobre o desempenho do Presidente, com disposição desses líderes da burguesia de tomar ações em apoio ao governo Ortega, pelo menos nos momentos de bonança econômica, de modo que desejam evitar uma desestabilização no país (SPALDING, 2017).

Percebe-se com o que foi exposto até o momento a Venezuela¹² como um ator crucial no papel desempenhado na cooperação com a Nicarágua em um sistema que desloca a dependência com os Estados Unidos, enquanto transita para uma situação de interdependência com o país sul-americano. Nesse sentido, dentro do que se é entendido por Cooperação Sul-Sul, a aproximação da Nicarágua com a Venezuela pode ser considerada uma forma de resistência bem como uma forma de inserção no sistema global, de acordo com o que é trazido por Jaramillo (2011, p. 199) e conforme citado por Medina (2016, p. 102, tradução própria): “onde o fator político interno e os arranjos institucionais gerados a partir do doméstico constituem a estrutura conceitual do paradigma do regionalismo como blocos de resistência”. Dessa forma, esse rearranjo entre os países da ALBA produzem uma ferramenta de luta contra o imperialismo norte-americano e a globalização, pois conforme argumenta Boron (2012), a globalização não é o fim do imperialismo, mas sim salto do mesmo, representando um novo tipo com base nas condições atuais sob as quais o modo de produção capitalista se desenvolve. A Figura 2 ilustra a interrelação entre os atores, de modo que a política de enfraquecimento da ALBA e Venezuela torna a Nicarágua mais exposta aos campo de interesse norte-americano.

Figura 2 - Importância da ALBA



Fonte: Elaboração própria

¹² Entre 2007 e 2016 a Nicarágua recebeu quase 4,8 bilhões de dólares em empréstimos e investimentos da Venezuela. Grande parte desse montante foi investida em projetos de energia, desenvolvimento de comércio, grupos empresariais, agricultura, construção de casas e programas sociais que permitiram reduzir a pobreza de 42,5% a 29,6% entre 2009 e 2014 (AFP, 2016a).

Assim, a formação do bloco é direcionada para a construção de alianças econômicas e políticas mais estáveis e interdependentes, trabalhando na resolução de problemas de desenvolvimento, na consolidação de economias locais e regionais e na projeção internacional de suas atores. Os EUA, como ator hegemônico na região com forte influência nos processos políticos, econômicos e sociais da região no século XX tiveram a presença reduzida no início do século XXI com a instauração de governos não alinhado ao EUA na região e isso facilitou o fortalecimento dos vínculos entre os países da região do sul. Entretanto, uma questão fundamental a ser trabalhada é se esses processos que Medina (2016) chama de “pós-liberais” ou “pós-hegemônicos” serão capazes de sustentar seus postulados anti-imperialistas bem como seu desempenho e lógica operacional de longo prazo, dado que os Estados Unidos, depois de vários anos focados em seus interesses em outras regiões do mundo, parece voltar a concentrar sua atenção na América Central, com uma clara determinação de retomar sua presença e influência na região, dando passos nos campos comercial, diplomático-político e de cooperação mesmo com os blocos regionais. Essa questão fica extremamente clara com a condição recentes de ataques que vem sofrendo a ALBA e as repercussões na Nicarágua, principalmente a partir de 2018.

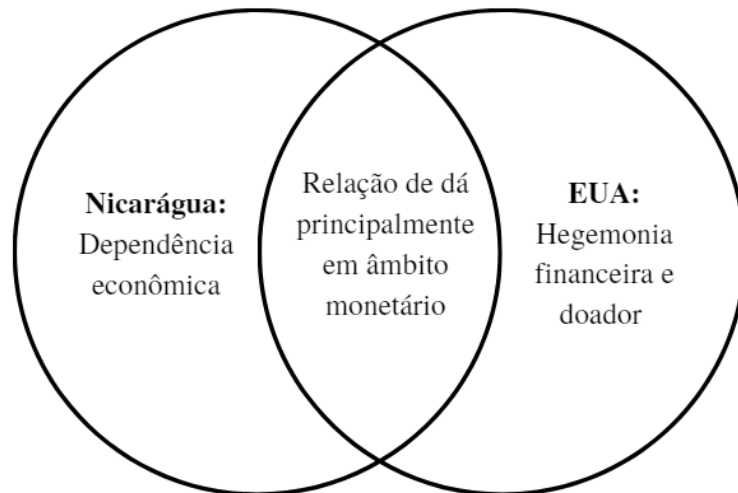
4.3 A RELAÇÃO DA NICARÁGUA COM O FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI) E DEMAIS FUNDOS FINANCEIROS INTERNACIONAIS

O imperialismo norte-americano também pode ser observado na questão do sistema financeiro internacional. Sobre a estabilidade do dólar frente às perturbações na ordem monetária e financeira internacional, Milan (2012) afirma que isso se dá visto que o imperialismo monetário se constitui em um dos pilares que alicerçam a dominação norte-americana, sobretudo através do Fundo Monetário Internacional (FMI). Isso se dá porque os Estados Unidos repassam os custos de ajuste de sua balança de pagamentos através de títulos do tesouro norte-americano para outros países, que são compelidos a aceitar de forma a não ficar excluídos desse grande mercado.

Através de instituição controladas pelos Estados Unidos, como a Organização Mundial do Comércio, o Banco Mundial e o FMI, o governo norte-americano tem imposto uma agenda liberal à comunidade internacional. Seu domínio nessas instituições que ditam a política econômica global tende a se conformar na medida que os demais países buscam aceitar as determinações norte-americanas para não sofrer com as represálias econômicas dos EUA. É nesse sentido que a presente seção discute a questão da proximidade que a Nicarágua possui

com órgãos internacionais, evidenciando não só a dependência econômica que sofre a Nicarágua, como também uma forma de influência americana.

Figura 3 - Relação econômica: Nicarágua e EUA



Fonte: Elaboração própria

O governo de Daniel Ortega apresenta ainda algumas particularidades e contradições no que concerne às visões ideológicas, pois ainda que critique o imperialismo norte-americano, possui relações próximas com órgãos financeiros internacionais devido a dependência econômica vivenciada pelo país. Ainda que tenha angariado forte apoio financeiro e comercial da Venezuela, o governo manteve políticas neoliberais, dando continuidade ao modelo macroeconômico instaurado nos governos anteriores a seu retorno, que se caracterizavam por serem politicamente pró-estadunidenses. A manutenção de políticas econômicas ortodoxas mediante apoio financeiro do FMI se deu em consenso com políticas assistencialistas, muitas delas inspiradas no governo de Lula. Nesse sentido, Salvador Puig (2016) argumenta que a situação política nicaraguense se traduz em um regime híbrido devido a manutenção de direções costumeiramente entendidas como opostas:

Além das políticas sociais direcionadas, a Nicarágua manteve, nos últimos cinco anos, políticas macroeconômicas ajustadas à ortodoxia do Banco Mundial e do FMI, enquanto mantém relações mais do que cordiais com os empresários locais, o Conselho Superior de Empresa Privada (COSEP), que aplaudiu o equilíbrio macroeconômico e a chegada de dinheiro da Venezuela (p. 272).

Dessa forma, a desregulamentação da economia e a abertura ao livre comércio não foram apenas mantidas, mas também expandidas. A Nicarágua manteve o Acordo de Livre Comércio entre os Estados Unidos, América Central e República Dominicana (CAFTA), ainda que concomitantemente se vinculava ao ALBA. Autores como Silvio Prado (2018), ao defenderem um baixo teor de democracia com a ascensão de Ortega, argumentam que o não

rompimento com as políticas ortodoxas do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional ofereceram uma oportunidade sem precedentes para Ortega construir um regime autoritário sob a fachada das instituições democráticas liberais, pois o partido soube aproveitar o recurso e passou a penetrar nos demais poderes do Estado, apoiando-se também na abundante cooperação petrolífera da Venezuela, à sombra de que conseguiu tecer alianças importantes: as de políticos para recuperar o governo e os econômicos para mitigar as incertezas geradas por seu modelo de dominação. Concordando ou não, é certo que o governo estabeleceu relações afinadas com o sistema financeiro internacional para mediar o crescimento econômico do país.

Entre o ano 2006 e 2007, a Nicarágua beneficiou-se de um forte alívio da dívida dentro do contexto da iniciativa para os países muito endividados. Em termos reais, o FMI anulou 206 milhões de dívidas em 2006. O Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) também consagraram a anulação das dívidas nicaraguenses em 2007, durante o primeiro mandato de Daniel Ortega. Ainda assim, Ortega procurou convencer o FMI a realizar um novo programa de financiamento, embora o órgão não visse nisso uma necessidade, pois considerava a dívida da Nicarágua sustentável. O Governo de Daniel Ortega insistiu para realizar um novo programa, afirmando que isso ofereceria maior segurança aos investidores estrangeiros que ele queria atrair. De fato, entre 2014 e 2017, anos que o Trade Map possui registro, o investimento externo direto apresentou crescimento, principalmente dos EUA, Japão, México, Costa Rica, Panamá, Dinamarca e Holanda. O interessante de se notar é que até 2008 esses dois países eram doadores importantes à Nicarágua em setores de desenvolvimento, mas com as supostas irregularidades nas eleições municipais, os recursos foram interrompidos, enquanto os Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) mantiveram-se. Entretanto, pode-se trazer também outra razão para o afastamento financeiro de países doadores, sendo explicado pelo maior grau de autonomia adquirida com a volta de Ortega na manutenção e controle dos montantes recebidos. A Nicarágua passa a condição de *Country Driven*, em que as políticas de cooperação são mediadas por meio da condução nacional, diferenciando-se da antiga situação de *Donor Driven*, em que os planos nacionais e desenvolvimento giram em torno das políticas dos países doadores (MONTES, 2014).

Em 2009, o FMI acorda com mais um montante financeiro a ser repassado ao país, exigindo, em contrapartida, que o Governo nicaraguense aprofundasse as reformas neoliberais que estavam em curso desde 2009, aplicando uma macroeconomia em consonância com os pressupostos ortodoxos. Nesse sentido, é viável trazer uma comparação com o Brasil. Ainda que o país não tenha recorrido a empréstimos com o FMI, durante os mandatos de Lula, caracterizados pelo progressismo nas relações políticas e até econômica, a cartilha neoliberal

não foi abandonada. Essa seria também uma das características dos países da Onda Rosa, por não terem a intenção de quebra nos modelos pré-existentes. A contraposição a isso é registrada, entretanto, no caso equatoriano, quando Rafael Correa propôs auditoria integral da dívida reclamada pelos credores ao Equador. A entrada de Correa no Equador se deu no mesmo período que a retomada de Ortega na presidência, de modo que a Nicarágua procedeu pelo rumo contrário do tomado pelo Equador, afinando ainda mais as relações com o órgão. Da mesma forma, o tratado de livre comércio com os EUA, aprovado em 2005, foi mantido, aprofundando a dependência nicaraguense de produtos norte-americanos e focando-se na exportação de produtos primários. A não revogação do acordo também pode ser entendida como uma reviravolta na orientação da FSLN, já que anteriormente o próprio Ortega tinha acusado o governo do presidente Enrique Bolaños de submeter a Nicarágua aos interesses econômicos de Washington (TOUSSAINT, 2018).

Ortega aproveitou-se dos fluxos externos, mas também aumentou a sua vulnerabilidade frente a uma situação de dependência. Além disso, na tentativa de frear os governos progressistas da América Central, Washington propôs políticas visando o comércio bilateral e o fortalecimento do CAFTA, legitimando um Desvio de Ingerência Democrática e reformulando a cooperação militar na guerra contra o terrorismo e o narcotráfico. Como bem se sabe e foi defendido pelos autores da teoria da dependência, a atração do mercado estadunidense constitui um poderoso meio de atrair as elites latino-americanas a manter seus nexos de dependência nos Estados Unidos. A introdução da noção de segurança na lógica dos processos econômicos e comerciais, a institucionalização do poder de empresas e o setor privado nas políticas públicas no marco público de Cafta constituem-se como uma inferência importante sobre as políticas nacionais (EL NUEVO DIARIO, 2007).

Assim, ainda que Ortega mantivesse um discurso denunciando o imperialismo dos EUA e aproximando-se do presidente venezuelano Hugo Chávez, do presidente iraniano Mahmoud Ahmadinejad e do presidente líbio Muammar Gaddafi, ainda dentro de uma ideia de cooperação Sul-Sul, o relacionamento do governo com as elites empresariais da Nicarágua e investidores estrangeiros provou ser cooperativo. E ainda, a colaboração com empresários forneceria a eles um recurso valioso em caso de confronto com atores externos e poderosos, como o FMI ou setores insatisfeitos do governo dos EUA, mantendo-se assim o mesmo sistema pré-2007.

Portanto não só o modelo privado de produção e comercialização iniciado em 1990 foi mantido, como também aprofundado, intensificando-se com o acesso privilegiado ao mercado venezuelano. Também foram registrados o aumento da presença de Investimento direto estrangeiro em diversas áreas, principalmente produção primária em harmonia com as elites

comerciais tradicionais do Conselho Superior de Empresas Privadas (COSEP), às quais se juntaram os grupos econômicos de capital estrangeiro e outros diretamente ligados ao FSLN (PUIG, 2016). A questão da dependência frente a ajuda internacional será aproveitada pelos EUA na fragilização do país, como se verá adiante.

4.4 RELAÇÃO DA NICARÁGUA COM OS EUA: FATOS E PRINCIPAIS AÇÕES

A seção a seguir tentará retratar a condição da relação entre a Nicarágua e os EUA com base nos principais fatos que estiveram presentes entre 2007 e 2018, utilizando-se primordialmente de notícias e discursos de Daniel Ortega e de representantes estadunidenses, principalmente embaixadores norte-americanos no país, além da própria USAID. Destaca-se que a metodologia aplicada nessa seção se dá pela carência de material acadêmico sobre o tema trabalhado.

A USAID se mostra um agente importante na articulação dessa desestabilização política, especialmente em termos de ajuda financeira, principalmente quando a diplomacia se mostra insuficiente e o uso da força militar apresenta riscos. Um exemplo da aplicação dos interesses norte-americanos fica evidente quando se remete aos meios de financiamento da USAID, sendo um deles mediante doação por atores importantes no cenário político norte-americano, como John McCain, líder do Instituto Republicano Internacional à época da reeleição de Ortega, que faz parte das ONGs que concedem fundos da USAID a organizações de oposição e partidos políticos da Nicarágua. Além disso, Washington possui aliados políticos no setor privado, em muitos meios de comunicação privados, em uma ampla distribuição de ONGs subsidiadas, em partidos eleitorais de direita, em setores sindicais e em setores da hierarquia da igreja católica e protestante (ARELLANO, 2007). Os saltos em investimentos se deram em anos eleitorais, sendo o maior deles em 2006 no sentido de contenção da vitória de Ortega, e novamente em 2011, ano de reeleição, também se concentrando na questão da governança e sociedade civil:

Gráfico 7- Investimentos americanos na Nicarágua

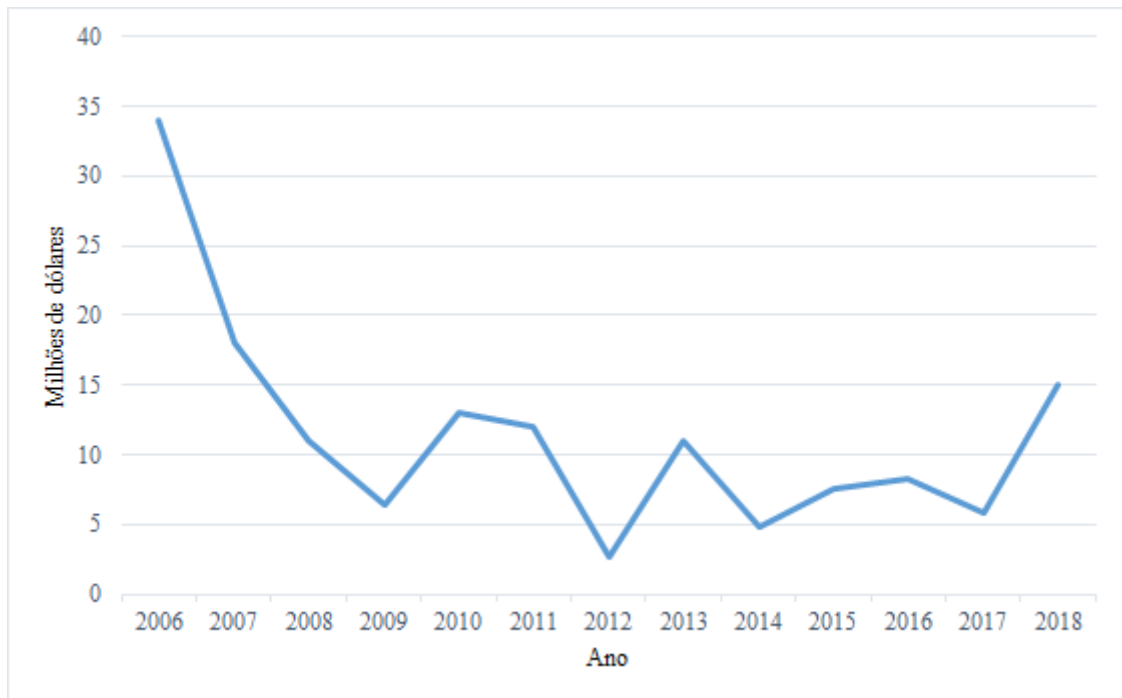


Fonte: Estados Unidos da América - Elaboração própria

Assim, dentro dos limites das relações bilaterais entre os Estados Unidos e a Nicarágua, o governo dos EUA tem suas prioridades, sendo essas as organizações não-governamentais (ONGs) e as fundações, visto que a atuação dessas organizações repercutirá também na crise que a Nicarágua passará principalmente a partir de 2018. Ainda nesse sentido, a USAID faz parte da nova conduta moderna estadunidense, reeditando no plano econômico (em conjunto com a *Nica Act*) a presença militar nas décadas de 1980 e 1990, quando financiava o grupo Contra, à época oposição que agia internamente na derrota da Revolução Sandinista (CARTA MAIOR, 2018).

Como já mencionado, é através do setor de Governo e sociedade civil que a USAID edita os interesses no país. No gráfico 7, é possível observar a trajetória de investimentos nessa categoria, que tem acentuado crescimento em 2018, ano que a crise na Nicarágua se potencializa.

Gráfico 8 - Trajetória de investimentos da USAID no setor de Governo e sociedade civil



Fonte: Estados Unidos da América (2019) - Elaboração própria

Mesmo com um discurso de tendência mais conciliadora, a vitória de Daniel Ortega em 2006 foi sentida com desconfiança pelos Estados Unidos, como já visto neste trabalho. As ações norte-americanas de contenção do novo governo não tardaram e já em 2007, a embaixada dos Estados Unidos lançou um programa de apoio intensivo à Aliança Liberal Nicaraguense, principal partido da direita opositora (BBC, 2007). A desconfiança e interferência norte-americanas foram tão incisivas que no ano da eleição de 2006 o embaixador norte-americano na Nicarágua à época, Paul Trivelli, trabalhou na união de dois candidatos direitistas contra Ortega e foi notificado pela Organização dos Estados Americanos (OEA), que indicou que governos estrangeiros estavam "interferindo ativamente" no processo eleitoral nicaraguense, referindo-se a Washington, mas também à Venezuela (BBC, 2006).

Em 2007, os Estados Unidos enviaram 20 milhões de dólares à Nicarágua para o que é caracterizado como governança e sociedade civil¹³ e o segundo maior parceiro foi a “*American Institutes for Research*”. Ainda que o montante enviado a Nicarágua tenha diminuído com o passar da governança Ortega, as prioridades do dinheiro se tornaram cada vez mais claras, envoltas em agências que contribuíssem com a presença e interferência, mesmo que indireta,

¹³ Segundo a própria USAID, a questão da democracia, governança e sociedade civil é efetivada através de treinamento e assistência técnica às organizações da sociedade civil sobre padrões internacionais. Alguns dos programas enumerados são em relação ao desenvolvimento municipal, treinamento de habilidades para jovens líderes emergentes e atividades sobre liberdade de expressão e acesso à informação pública. A Agência entretanto não evidencia as metodologias aplicadas nos programas.

na política do país. Também é no mesmo ano que os EUA indicaram estar receosos quanto ao novo governo e sua aproximação com a ALBA e com o Irã, solicitando à Nicarágua que destruísse mais de mil mísseis anti-aéreos que recebeu da União Soviética na década de 1980 (BBC, 2007).

Por outro lado, as doações financeiras para setores sociais tiveram queda já em 2008, com a alegação de supostas irregularidades nas eleições municipais. Assim, através da Conta do Milênio, os EUA encerraram o financiamento do programa de combate à pobreza calculado em 175 milhões de dólares, que tinha duração programada de cinco anos e estava em operação há dois anos e meio (PERÉZ-BALTODANO, 2010). Em relação a isso, o embaixador norte-americano Robert Callahan enfatizou a necessidade da Nicarágua de encontrar soluções nas irregularidades das eleições municipais, para que os EUA pudessem recuperar a confiança na democracia do país (AFP, 2009).

Com o aprofundamento da relação entre a Nicarágua e a ALBA, o discurso de Ortega tendeu a tornar-se mais agressivo em relação aos Estados Unidos, denunciando o imperialismo norte-americano. É nesse contexto que Ortega propõe um referendo sobre uma cobrança de reparações de guerra aos Estados Unidos pelo apoio norte-americano aos Contras, durante o conflito civil que permeou a Revolução Sandinista (BBC, 2011). A indenização foi ordenada pela Corte Internacional de Justiça para que pudesse ser feita a compensação pelos danos ocasionados pela intromissão destrutiva e ilegal dos EUA à época. Porém Chamorro, que presidiu a Nicarágua com o fim da Revolução, renunciou à indenização. Em 2017, essa compensação volta a estar em voga, com o início de um processo jurídico para exigir o pagamento dos EUA. Em um contexto de fragilização da ALBA e diminuição dos recursos com origem venezuelana, Washington minimizou o caso (AFP, 2017).

A partir de 2013, outro ator entra em cena no cenário político internacional nicaraguense, com a proposta chinesa¹⁴ de construção de um canal interoceânico. A possibilidade de perda do monopólio dos EUA do trânsito de mercadorias proporcionado pelo Canal do Panamá além da chance de crescimento de outra grande potência na América Central passa a preocupar os EUA, tensionando a relação entre os dois países. Sobre o caso, o embaixador nicaraguense Arturo Cruz (2013) salienta a questão da esfera de influência norte-americana:

A Nicarágua está na esfera de influência imediata dos Estados Unidos e, independentemente de a empresa chinesa (HKND) ser privada, ela ainda tem a

¹⁴ É importante pontuar que a presença chinesa na Nicarágua se deu através do setor privado e não do setor estatal como normalmente acontece, pois o canal interoceânico mencionado se trata do projeto do multimilionário chinês Wang Jing.

característica de ser de um cidadão da China continental, Wang Jing, que provavelmente tem vínculos indiretos com a estrutura de poder formal. Portanto, essa sensibilidade deve ser bem gerenciada, pois é um tema relevante para os Estados Unidos que um projeto dessa magnitude esteja em sua esfera de influência imediata (p. 4).

Entretanto, a construção do canal é abandonada em um cenário de polêmica interna quanto os danos causados pelo canal, falência do principal financiador e mudança na estratégia chinesa (PERALES, 2018).

Os ensaios norte-americanos de alerta sobre o que chamam de regime pouco democrático de Ortega vão se intensificando a partir de 2011, quando Ortega é reeleito. Em 2013, o Departamento de Estado dos EUA divulgou o relatório sobre a situação dos direitos humanos no mundo, incluindo uma seção dedicada à Nicarágua. O documento traz um alerta sobre o crescente autoritarismo no país, devido a concentração do poder político em torno da FSLN e de Ortega, além de indicar que o partido obtinha controle significativo sobre o poder legislativo, judiciário e eleitoral. O documento também faz um alerta sobre as condições dos direitos humanos e a corrupção no país (ARQUETA, 2014). Esse fato é importante dado que é uma das primeiras ações que levarão a sanções contra a Nicarágua nos anos seguintes.

Ortega se encontra então em um cenário difícil em toda a América Latina. Com a morte de Chávez em 2013, iniciou-se uma crise política e econômica na Venezuela, de modo que Ortega não pôde mais contar com o petróleo e o apoio financeiro de Caracas. Em vista da perda do contraponto venezuelano e da crescente presença norte-americana na Nicarágua, Ortega destacou a necessidade de aliança com o capital internacional e com os instrumentos do capitalismo mundial, admitindo a grave situação de dependência do país:

Temos que admitir, somos economicamente dependentes, dependemos da cooperação internacional, dos fundos que o Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento mobilizam. Eu gostaria de ver, ouvir, que alternativas existem para a Nicarágua sobreviver sem esses recursos. A cooperação no âmbito da ALBA é muito importante durante todo esse processo, mas dependemos desses fundos... Nós mesmos questionamos as políticas do Fundo Monetário Internacional, mas não há outra maneira senão trabalhar com o Fundo Monetário Internacional em nosso caso porque não somos auto-suficientes, porque somos dependentes. (ORTEGA, 2013)

Concomitantemente à crise na Venezuela, a Argentina elegeu Macri em 2015, pendendo drasticamente para a direita. Na Bolívia e no Equador, a reeleição presidencial de dois aliados de Ortega na ALBA, Correa e Morales, são questionadas. Já o Brasil, importante aliado principalmente na era Lula, também pende para direita após o golpe em 2016, que retirou a então presidente Dilma Rousseff do poder. Se dá o fim da Onda Rosa, resultando no isolamento nicaraguense, além de maior abertura para as ingerências norte-americanas.

Em 2016, a situação interna nicaraguense se torna mais crítica, com a FSLN consolidando-se como partido hegemônico por meio do controle do parlamento, além de uma exacerbção do personalismo em torno de Ortega e de sua família (SALINAS, 2016). Em concomitância, uma manobra constitucional permitiu que Ortega se tornasse mais uma vez candidato ao cargo de presidente, vencendo posteriormente a eleição com 70% dos votos.

A relação entre a Nicarágua e os EUA se tenciona especialmente neste ano, com a proposta pelo Congresso estadunidense de aplicação de sanções à Nicarágua, aprovada através do *Nicaraguan Investment Conditionality Act*¹⁵, que popularizou-se como *Nica Act*, cuja proposta foi a de que qualquer crédito de instituições financeiras solicitado pelo governo nicaraguense solicitar fosse condicionado à aprovação dos EUA. A justificativa foi que a aprovação da lei seria uma resposta a um questionamento cada vez mais intenso sobre a qualidade da democracia no país. Segundo a lei, a ajuda de financiamento internacional se daria apenas com o combate à corrupção e instalação de eleições limpas no país. A aprovação da lei, oficialmente em 2018, se dá em concomitância ao enfraquecimento da Venezuela, debilitando a estrutura econômica da Nicarágua, que passa a viver uma crise interna com protestos contra o governo e a tentativa de um golpe de Estado. Como já visto, durante todo governo Ortega, a relação com órgãos como o FMI e o Banco Mundial foi próxima e pacífica, acentuando a dependência do país de recursos externos¹⁶. Em resposta oficial, a Nicarágua declara que

[...] as propostas e iniciativas que foram movidas nas Câmeras e Casas dos Órgãos Legislativos dos Estados Unidos, que fazem parte regular da Política Injerencia que, ao longo da história, interveio em nossos Processos Político, na nossa Soberania Social e Econômica, e também de maneira intensiva e particular nos Momentos Eleitorais (REPÚBLICA DA NICARÁGUA, 2016).

Dessa forma, a virada ocorrida na política dos EUA para a Nicarágua com a aprovação da Lei Nica junto com o colapso da cooperação venezuelana e a urgência do governo nicaraguense em obter maiores recursos fiscais para gastos sociais e investimentos públicos criou incertezas e afetou a credibilidade na política econômica que o governo Ortega seguiu durante esses anos. Fora isso, também colocou em xeque o modelo corporativo Governo-Capital privado nicaraguense, trazendo a tona o dilema entre eliminar as isenções fiscais ou iniciar uma séria política econômica de contenção de gastos (GRIGSBY, 2016). A Lei Nica, somado ao contexto internacional desfavorável à Nicarágua e a crise política interna do país fez

¹⁵ Pode ser acessada em: <https://www.congress.gov/bill/115th-congress/senate-bill/2265?q=%7B%22search%22%3A%5B%22Nicaragua%22%5D%7D&r=3>.

¹⁶ Entre 2007 e 2016 recebeu cerca de US\$ 3 bilhões em empréstimos para projetos públicos e privados de organismos multilaterais (AFP, 2016b).

com que o PIB, que vinha se mantendo com uma média de crescimento de 4% ao ano tivesse um forte declínio em 2018, reduzindo-se para -3,8% (BANCO MUNDIAL, 2019).

Não é novidade que os EUA utilizam-se da estratégia de ajuda como uma ferramenta de influência no país ajudado. Em 2011, já havia o alerta de que os EUA poderiam utilizar essa manobra, com uma reação em cadeia lógica, pois qualquer grande mudança nas relações dos EUA com a Nicarágua afetaria as relações do FMI e do BID - uma das principais fontes de financiamento para o governo Ortega - e conseqüentemente as relações próximas que Ortega manteve com a elite econômica do país. Nesse mesmo ano, a Câmara de Representantes dos Estados Unidos lançou um relatório intitulado “Nicarágua: Democracia Seqüestrada”, já incentivando uma ação mais ativa dos EUA no que foi chamado de restauração da Ordem Constitucional na Nicarágua, sendo um dos pontos propostos o contingenciamento da ajuda de instituições financeiras internacionais (EQUIPO ENVIO, 2011).

A partir de 2018, a Nicarágua, até então considerado um dos países mais estáveis da região, vive uma grande crise interna. A Reforma no sistema previdenciário nicaraguense recomendada pelo FMI aparenta ter sido estopim de diversos protestos que ocorreram no país e que continuaram, mesmo após a revogação da reforma. O pacto social que vigorava com a gestão de Ortega se enfraqueceu, havendo um desgaste de liderança, perda de apoio de massa e insatisfação de setores que antes mostravam um certo conformismo com a liderança sandinista, como é o caso do empresariado, que muito se beneficiou do crescimento econômico que o país vinha apresentando. Além disso, a Igreja Católica, antes próxima a Ortega, também virou as costas ao presidente e se juntou aos protestos contra o governo, que levantam bandeiras anti-sandinistas e apresentaram similaridades aos protestos ocorridos no Brasil em 2013 diante pela falta de lideranças e reivindicações claras do movimento. Ao mesmo tempo que o governo foi acusado de adotar forte represália contra os manifestantes, armas, cuja origem é desconhecida, foram encontradas entre os estudantes opositores ao governo (PIVA, 2019). Ainda há muitas perguntas quanto ao futuro nicaraguenses, as causas e apoiadores da atual crise, aparentando cada vez mais que a Nicarágua vive à sombra de um novo golpe na América Latina. Em resposta ao relatório publicado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) que denuncia a repressão do governo nicaraguense aos protestos (que ainda que tenham ocorrido, possuem indícios de deturpação por parte da mídia, além de dúvidas quanto aos responsáveis pelo número de assassinatos), a República da Nicarágua (2018, p.6) declara:

O Estado da Nicarágua expressa categoricamente sua posição de que os fatos analisados pela CIDH não ocorrem no âmbito de protestos sociais, mas no âmbito de

uma tentativa de ruptura constitucional e institucional para mudar as autoridades legitimamente eleitas e derrubar o governo (leia, golpe de estado).

O governo da Nicarágua também já havia alertado para a tentativa de infiltração de agentes políticos desestabilizadores quando impediram delegações estrangeiras de entrarem no país em diferentes contextos (CARTA CAPITAL, 2018).

Um contraponto à visão da derrocada da Onda Rosa como um processo generalizado e que, conseqüentemente, afeta a Nicarágua é proposto por Oliveira (2018). Para o autor, faz-se necessário uma dimensão histórica para a compreensão completa desse processo. Isso porque a teoria da dependência nos anos 1960 e 1970 já demonstra um caráter cíclico das crises latino-americanas. Também conforme o autor, as crises políticas como a vivida pela Nicarágua em 2018 não são exclusividade dos países da Onda Rosa, conforme os exemplos da crise política equatoriana e chilena de 2019 insistem em demonstrar.

Coincidindo com a maioria dos autores na sua compreensão de como se estruturou a governança nos países que adotaram essa trajetória política, o autor discorda radicalmente que foram os diferenciais do neo-desenvolvimentismo ou do “socialismo do século XXI” característico desses governos o motivo de suas crises políticas quando do fim do *boom* das *commodities*. Pelo contrário, para o autor as tentativas de golpe contra governos da Onda Rosa na Venezuela (2019) e na Nicarágua (2018) são realizadas para desconstruir seus méritos, não suas muitas falhas. Isso porque face à pressão externa representada pela queda de preço das exportações (caráter cíclico da deterioração dos termos de troca) e retirada de investimentos externos, a classe dominante-dominada latino-americana tentou renovar a superexploração da força de trabalho atenuada durante o boom das commodities.

Em países como Argentina, Brasil, Bolívia, Equador, Nicarágua, Venezuela e Uruguai, onde governos eleitos representavam obstáculos para criar um estado ultra-repressor e autoritário que garantisse a superexploração da força de trabalho, essas classes iniciaram uma feroz campanha de desestabilização política. Em países onde elas já governavam como a Colômbia, a superexploração foi muito mais fácil de botar em prática, porque o estado ultra-repressor e autoritários já existe, daí não teve crise política maior.

Dessa maneira, o que parece explicar a tentativa de golpe de Estado na Nicarágua em 2018 por uma fração da classe dominante e com franco apoio norte-americano parece ser a tentativa de implementar os interesses da elite. Isso se dá porque, mesmo com alguns recuos, a FSLN de Ortega não tem condições políticas de implementar esse programa frente a sua base de apoio. Falhando a cooptação das lideranças como no Equador e uma vitória eleitoral como

na Argentina – visto o ainda grande apoio da FSLN e a maquinaria política montada por Ortega – restou o golpe de Estado como alternativa à classe dominante nicaraguense.

4.5 CONCLUSÕES PRELIMINARES

Como visto, a relação da Nicarágua com os Estados Unidos apresenta características de forte assimetria e dependência. Inicialmente pensou-se que a postura de Ortega frente aos EUA possuía um caráter pragmático, isto é, a redução do fator ideológico, priorizando a definição do interesse nacional, de modo que repercutisse no não alinhamento automático e a inexistência de aliados preferenciais, com estratégia de ação objetiva, sem maiores considerações de natureza filosófica ou doutrinária (LIMA, 2018) em vista das mudanças na FSLN apresentadas no primeiro capítulo. Contudo, o desenvolvimento do trabalho aqui efetuado provou-se diferente. Durante o período estudado, ainda que a relação entre os dois países tenha buscado o pragmatismo em questões bilaterais (CAFTA, foguetes aéreos SAM7, terrorismo, imigração ilegal, tráfico de drogas), a Nicarágua buscou o afastamento dos EUA. Ortega iniciou o mandato com um discurso ameno em relação aos Estados Unidos, mas com o passar dos anos e com o aprofundamento das relações com a ALBA, retomou a denúncia contra o imperialismo norte-americano, intercalando-se assim características pragmáticas, ideológicas e dogmáticas de ambos os lados. O pragmatismo, inicialmente vislumbrado, aparenta ser deixado de lado, observando-se uma condição reativa da Nicarágua frente aos EUA. Ortega também mirou a política externa nicaraguense na Venezuela, que tornou-se um forte aliado. Ainda que não seja o tópico desse trabalho, a questão da Venezuela como ator importante no cenário nicaraguenses se apresenta pelo contrapeso a presença e dependência norte-americana, estabelecendo-se assim uma situação de interdependência com o país sul-americano. Fora isso, a cooperação Sul-Sul com a ALBA e com a Venezuela constitui-se como uma forma de resistência à globalização e ao imperialismo norte-americano, além de uma estratégia de inserção no sistema global.

Entretanto, mesmo com a busca por novos parceiros, os EUA continuou sendo o país mais importante em termos econômicos para a Nicarágua e a situação de dependência não se alterou. Como defende o diplomata nicaraguense Francisco Sacasa (2016), ainda que assimétrica, a relação com os EUA é crucial para a Nicarágua, tanto por razões geopolíticas quanto pelo peso que a economia dos EUA tem na região e no mundo. Com o enfraquecimento da ALBA, a situação com os EUA se tencionou, havendo medidas de ambos os lados:

Em uma escala que varia entre muito boa e hostil, as relações entre a Nicarágua e os Estados Unidos variaram de 2007 a meados de 2016 em "correto, mas não cordial". Mas, em meados de 2016, considero que eles caíram para "corretas, mas tensas", devido a um rosário de medidas (observação zero, expulsão de oficiais dos EUA, cancelamento da oposição) tomadas pelo comandante Ortega (p.4).

Além das ações mencionadas por Sacasa, por parte da Nicarágua também pode-se citar a maior ingerência norte-americana no país, sendo um dos exemplos mais concretos a instauração do *Nica Act* e a participação que os EUA têm na atual crise política que a Nicarágua vem enfrentando. Isso porque, ao contrário dos protestos violentos de 2015 contra o Canal Interoceânico, os protestos de 2018 refletem uma mudança de natureza, podendo ser um resultados tangível dos últimos anos de financiamento da USAID no treinamento e a proliferação de mídias e redes sociais na Nicarágua na tentativa de desestabilizar o país.

Por fim, Sacasa ainda alerta das mudanças da política norte-americana, com uma política externa mais nacionalista, agressiva e imprevisível do que em qualquer outro momento da história norte-americana, atuando como uma espécie de xerife da cidade.

5 CONCLUSÃO

Esse trabalho teve por objetivo o estudo de um país com pouca predominância no SI, focando na sua relação com um Estado que mantém grande hegemonia internacional e entende a América Central como sua zona de influência direta. Observou-se que Ortega manteve a retórica anti-EUA herdada do período revolucionário e que sua política externa atuou no sentido de afastamento dos EUA, a partir do contrapeso venezuelano e da ALBA principalmente.

Quando trabalhada a questão da FSLN no presente, observou-se a atuação do partido entre o período pós-Revolução e a retomada da presidência por Daniel Ortega, marcadas pela transição de um governo contra-sistêmico para um partido pragmático em suas ações, negociando com partidos opositores e fazendo acordos que garantissem a presença da FSLN no jogo eleitoral. Portanto, foram identificadas as transformações do partido sandinista e a nova etapa organizacional da FSLN. Também, foi assinalado um maior personalismo em volta de Daniel Ortega, que faz parte da cultura política ligada à ideia do homem forte, como defende Puig (2008).

Assim, observou-se um conjunto de ações políticos-institucionais que reconfiguraram os planos estratégicos da FSLN. É por essa razão que esse capítulo trabalhou a questão da política interna nicaraguense, baseando-se na teoria do jogo de dois níveis de Putnam (2010), dentro da hipótese que deu início ao trabalho sobre o direcionamento pragmático que Ortega executou na política interior do país, que poderia se manifestar também na atuação da política exterior. Também ficaram evidentes algumas contradições do governo Ortega, alternando discursos anti-imperialistas e ações conciliatórias com a classe dominante nicaraguense e o capital internacional, principalmente devido a condição de dependência, que ao tomar como dado, parece ter sido pouco trabalho na gestão de Ortega.

No segundo capítulo foi levantada a teorização da política externa norte-americana, constatando que os principais dogmas formadores, como a Doutrina Monroe e a expansão da democracia liberal, principalmente para o continente americano - considerada sua zona de influência - ainda permanecem. O governo de Bush manteve a atenção da sua PE principalmente envolta do Eixo do Mal, do qual países como Irã e Cuba, aliados de Ortega, fazem parte. Obama não apresentou grande mudança dogmática, ainda que tenha reatado relações com Cuba. Entretanto, foi também nesse governo que perpetrados maiores ataques a Venezuela, enfraquecendo a ALBA e por consequência também a Nicarágua, abrindo maior espaço de influência para os EUA. Por fim, Trump, com suas políticas conservadoras, aprofundou os

ataques a ALBA e a Nicarágua, sendo o momento mais icônico no período estudado a formulação e aprovação da *Nica Act*.

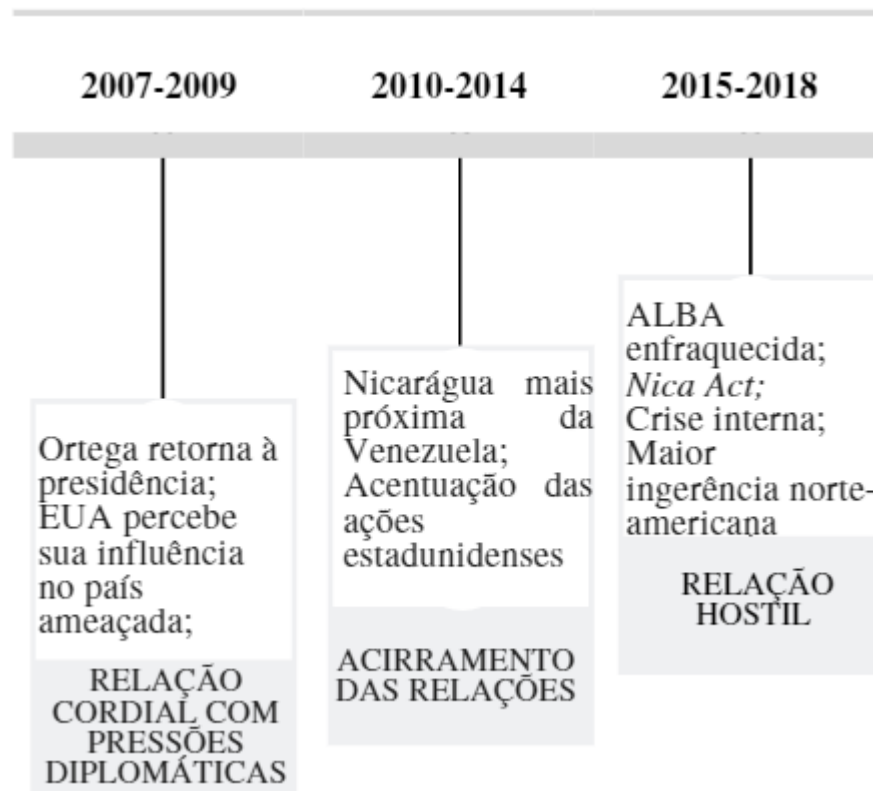
Portanto, foi visto que a perda do caráter revolucionário do partido e o personalismo em volta de Ortega foram importantes, mas não determinantes para a PE da Nicarágua, afinal Ortega antes mesmo do fim da Revolução partia de uma visão mais conciliadora com as classes hegemônicas do país, não auferindo mudanças estruturais na economia e mantendo a dependência. Da mesma forma, a PE manteve a retórica anti-estadunidense, com a diferença do período revolucionário que agora era fortemente ligado ao comércio e financiamento norte-americano.

Finalmente, o último capítulo atendeu ao objetivo do trabalho ao construir relação da Nicarágua com os Estados Unidos, considerando as teorias que parecem melhor se encaixar na política externa nicaraguense. Observou-se que a Nicarágua possui alto grau de insuficiência econômica e nessa condição está mais vulnerável à influência norte-americana. Em contraponto a isso, o país buscou alianças com países que pudessem fornecer suporte sem constituir relações primordialmente assimétricas, como foi o caso da ALBA e mais especificamente da Venezuela. Assim, através da Cooperação Sul-Sul, o país buscou o afastamento da dependência norte-americana, rompendo em partes as hipóteses de que Ortega se propunha a uma relação de pragmatismo com os EUA. O que na verdade foi observado é que Ortega agiu pragmaticamente na política interna, principalmente antes da sua vitória em 2006. Externamente, essa situação não pode ser considerada de todo falsa, pois o que Ortega buscou foi um balanceamento da presença norte-americana no país. Porém diferentemente do que o conceito de pragmatismo conclui, Ortega não se afastou de uma retórica ideológica, muito pelo contrário, aprofundando os discursos em que denunciava o imperialismo norte-americano.

Entretanto, a condição de dependência permeou toda a relação entre esses dois países, havendo contradições entre o discurso e a prática. Isto ocorreu pois ainda que Ortega proclamasse discursos anti-estadunidenses, aliava-se ao grande capital financeiro mundial, mantendo a dependência com os recursos enviados, além de não trabalhar internamente em políticas que reduzissem essa condição, aliando-se também aos interesses das elites locais enquanto fornecia medidas assistencialistas a população. Os Estados Unidos, ao perceberem essa condição, souberam atacar o país nessa mesma questão quando aprovam a lei que condiciona qualquer empréstimo de instituições financeiras a sua aprovação.

Além disso, foram expostos os principais fatos que permearam a relação desses dois países, ligando a questão da dependência, CSS e mudanças na PE norte-americana. A relação pode ser melhor compreendida com a figura 4, separada em três períodos principais.

Figura 4 - Relação Nicarágua e EUA



Fonte: Elaboração própria

O período que vai de 2007 a 2009 foi marcado por uma distensão dos conflitos diplomáticos entre a Nicarágua e os Estados Unidos. A volta de Daniel Ortega interferiu na influência norte-americana no país, que até então possuía governos aliados aos seus interesses. Ortega logo redireciona a política externa do país, aliando-se a países declaradamente anti-EUA, como Irã e os membros da ALBA. Os EUA demonstram a sua contrariedade a esse redirecionamento perpetrado por Ortega e solicitam medidas que diminuíssem sua força militar ao mesmo tempo que interrompem investimentos feitos do país. O segundo período, 2010 a 2014, é marcado pela forte ligação da Nicarágua com a Venezuela, que de certa maneira conseguiu suprir o vácuo causado pela retração dos investimentos norte-americanos no país, diminuindo a dependência econômica da Nicarágua frente aos EUA. Entretanto, também foi o período que os EUA iniciam os ataques a Venezuela, principalmente mediante sanções econômicas, de modo que o enfraquecimento do país debilita a Nicarágua. Por fim, o último período é marcado pelo acirramento das tensões e da guerra econômica dos EUA contra a Venezuela, voltando-se também em relação a Cuba e Nicarágua. Foi nesse período que os EUA editaram e aprovaram no Congresso do país a lei que interrompe em definitivo os investimentos externos no país, ao mesmo tempo em que a ALBA encontrava-se fragilizada, com seu líder

mais forte vivendo drástica crise e os ataques norte-americanos se tornando mais frequentes e menos dissimulados.

Em relação a ALBA, o que se tem observado, e que se justifica também a constante menção ao bloco, é o plano do governo norte-americano de desestabilização do mesmo. As infrações cometidas na Venezuela desestabilizaram o principal membro do bloco, produzindo um efeito dominó. As estratégias se repetem: sanções econômicas para a Venezuela, Nicarágua e Cuba (nesse caso, aprofundadas). A ação interna ocorre apoiando, muitas vezes financeiramente, a oposição golpista, enquanto os EUA baseiam-se em irregularidades nas eleições, risco para a democracia ou afins. Dessa maneira fica claro que o EUA buscam o fim do único bloco anti-estadunidense que a América Latina possui, afastando qualquer possibilidade de diminuição de sua influência no continente. O episódio mais recente ocorre no final de 2019, com o golpe de Estado sofrido por Evo Morales, em que a Organização dos Estados Americanos (OEA) alega irregularidades nas eleições enquanto a oposição se organiza junto com as Forças Armadas no orquestramento e aplicação do golpe, ironicamente nem um pouco democrático.

Neste trabalho, entretanto, foi trabalhada a questão da Nicarágua, que por seu turno, apresentou contradições que contribuíram para a ingerência norte-americana. Com a forte ligação com o FMI, como já demonstrado, a Nicarágua passa por uma série de protestos quando, por recomendação do Fundo, propõe uma reforma na previdência social. Ainda que voltando atrás rapidamente, os protestos se mantiveram por motivos difusos e as suspeitas de interferência norte-americana crescem, principalmente no que se refere à destinação de fundos aos grupos de oposição, tal qual ocorria com os Contras durante o período revolucionário, de modo que o próprio governo Ortega denuncia a tentativa de golpe financiado pelo exterior.

A crise política de 2018 merece um trabalho único para si, para além da proposta do atual. A situação, ainda muito nebulosa, contou com abusos por parte do governo e de forças anti-Ortega, expulsão de órgãos internacionais que - na visão de Ortega -trabalham para a derrubada do seu governo e um posterior isolamento internacional do país. Ainda que o conflito tenha se tornando mais brando, o mesmo se mantém, assim como a ingerência de países de fora. Cabe agora a trabalhos futuros responderem os reais determinantes e participantes, internos e externos, da crise, assim como o futuro do país, que se mantém sobre os interferências norte-americanas na derrubada de países opostos a sua influência.

REFERÊNCIAS

- AFP. Donantes piden cambios electorales en Nicaragua. **Nacion**. 2009. Disponível em: <http://www.nacion.com/ln_ee/2009/junio/13/mundo1994731.html>. Acesso em: 05 set. 2019
- AFP. Ortega se reelege na Nicarágua; oposição não reconhece resultado. **Folha de São Paulo**. 2016a. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2016/11/1830013-ortega-se-reelege-na-nicaragua-oposicao-nao-reconhece-resultado.shtml>>. Acesso em: 14 set. 2019.
- AFP. Nicarágua vota neste domingo para eleições presidenciais. **G1**. 2016b Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/11/nicaragua-vota-neste-domingo-para-eleicoes-presidenciais.html>>. Acesso em: 10 out. 2019.
- AFP. Nicarágua exigirá indenização dos EUA ordenada pela CIJ em 1986. **Estado de Minas**. 2017. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2017/07/27/interna_internacional,887206/nicaragua-exigira-indenizacao-dos-eua-ordenada-pela-cij-em-1986.shtml>. Acesso em: 10 out. 2019.
- ARELLANO, Jorge Eduardo. Relaciones Nicaragua – Estados Unidos. **El Nuevo Diario**. 2007. Disponível em: <<https://www.elnuevodiario.com.ni/opinion/7014-2007-relaciones-nicaragua-estados-unidos/>>. Acesso em: 15 set. 2019.
- ARQUETA, Lorena. Nicaragua: Noticias del mes. **Envio**, Managua, v. 384, n. 1, p.1-4, mar. 2014. Disponível em: <<https://www.envio.org.ni/articulo/4811>>. Acesso em: 02 out. 2019.
- ARRIGHI, Giovanni e SILVER, Beverly. **Caos e Governabilidade no Moderno Sistema Mundial**. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora UFRJ, 2001.
- AYERBE, Luis Fernando. **Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia**. São Paulo: Unesp, 2002.
- AYERBE, Luis Fernando. Os Estados Unidos e as Relações Internacionais Contemporâneas. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p.331-368, dez. 2005.
- AYERBE, Luis Fernando. **De Clinton a Obama: políticas dos Estados Unidos para a América Latina**. São Paulo: Unesp, 2009.
- BAMBIRRA, Vania. **O capitalismo dependente latino-americano**. 2 ed. Florianópolis: Insular, 2013.
- BANCO MUNDIAL. **Data: Nicarágua**. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/country/nicaragua>>. Acesso em: 15 out. 2018.
- BBC. **Ortega vence eleições na Nicarágua**. 2006. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/story/2006/11/061108_ortegavence_ac.shtml>. Acesso em: 30 ago. 2019.

BBC. **EUA pedem que Nicarágua destrua mísseis soviéticos.** 2007. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/story/2007/02/070206_ortegamisseisg.shtml>. Acesso em: 05 set. 2019

BBC. **Presidente da Nicarágua propõe pedir aos EUA reparação de guerra.** 2011. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/07/110720_nicaragua_eua_guerra_mm>. Acesso em: 10 out. 2019.

BLINDER, Caio. Bush revive obsessão dos EUA com sandinistas. **BBC.** 2006. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2006/11/061103_caioblindernicaragua_a_c.shtml>. Acesso em: 10 out. 2019.

BORON, Atilio. **América Latina en la geopolítica del imperialismo.** Buenos Aires: Ediciones Luxemburg, 2016.

BRIGNOLI, Héctor Pérez. **Breve Historia de Centroamerica.** 6. ed. Madri: Alianza Editorial, 2000. 263 p.

CAICEDO, Jerónimo Delgado; PEÑAS, Andrés Sáenz. Cooperación sur-sur: nuevas estrategias para repensar la dependencia. In: GRUPO DE TRABAJO GOBENANZA DE LA UNIVERSIDAD NACIONAL DE COLOMBIA. **Revista Latinoamericana Surmanía** (no.4 sep 2010) Edición Especial Diálogo Sur-Sur. Bogotá: Clacso, 2010. p. 21-36. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20110103111405/Surmania4web.pdf>>. Acesso em: 07 out. 2019.

CARDOSO, Fernando Henrique. **As idéias e seu lugar.** Petrópolis: Vozes, 1993.

CARDOSO, Fernando Henrique & FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CAROTHERS, Thomas. Barack Obama. In: COX, Michael; LYNCH, Timothy J.; BOUCHET, Nicolas (Org.). **US Foreign Policy and Democracy Promotion: From Theodore Roosevelt to Barack Obama.** Londres: Routledge, 2013. p. 196-213.

CARTA CAPITAL. **A complexa crise que explode na Nicarágua sob o governo de Ortega.** 2018. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/mundo/daniel-ortega-e-a-complexa-crise-que-explode-na-nicaragua/>>. Acesso em: 16 out. 2019.

CASTRO SANTOS, Maria Helena de. Exportação de Democracia na Política Externa Norte-Americana no Pós-Guerra Fria: Doutrinas e o Uso da Força. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Ano 53, nº 1, 2010, p. 157–191.

CECEÑA, Ana Esther. La batalla de Afganistán. In: CECEÑA, Ana Esther; SADER, E. (coords.). **La Guerra Infinita.** Hegemonía y Terror Mundial. Buenos Aires: Clacso-Asdi, 2002.

COSTA, Jales Dantas da. **Novos Movimentos Sociais na América Latina.** **Oikos**, Rio de

Janeiro, v. 15, n. 1, p.05-16, jun. 2016. Disponível em: <<http://www.revistaoikos.org/seer/index.php/oikos/article/viewFile/411/227>>. Acesso em: 10 maio 2019.

CRUZ, Arturo. Nicaragua: Noticias del mes. **Envío**, Managua, v. 376, n. 1, p.1-4, jun. 2013. Disponível em: <<https://www.envio.org.ni/articulo/4710>>. Acesso em: 02 out. 2019.

ENVIO. **Nicaragua: ¿Otros cinco años con más de lo mismo?**. 2011. Disponível em: <<https://www.envio.org.ni/articulo/4379>>. Acesso em: 07 out. 2019.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. USAID. **U.S. Foreign Aid by Country**. Disponível em: <<https://explorer.usaid.gov/cd/NIC>>. Acesso em: 14 set. 2019.

FIGUIREDO, Darío. América Latina y la política estadounidense. Referentes actuales, continuidades y desafíos estratégicos. In: CASTORENA, Casandra; GANDÁSEGUI, Marco A.; MORGENFELD, Leandro (Org.). **Estados Unidos contra el mundo: Trump y la nueva geopolítica**. Buenos Aires: Clacso, 2018. p. 217-236.

FIGUEIRA, Ariane Roder. **Introdução à análise de política externa**. São Paulo: Saraiva, 2011.

FLORES, Judith. Estados Unidos: La troika de Ortega, Maduro y los Castro caerá. **La Prensa**. 2018. Disponível em: <<https://www.laprensa.com.ni/2018/11/01/politica/2491175-estados-unidos-asegura-que-el-regimen-de-ortega-sentira-el-peso-total-de-las-sanciones>>. Acesso em: 10 out. 2019.

FRANCO, Mario de; ARIAS, Diego. Are Food Markets in Central America Integrated with International Market? An Analysis of Food Price Transmission in Honduras and Nicaragua. In: LÓPEZ, J. Humberto; SHANKAR, Rashmi (eds). **Getting the Most Out of Free Trade Agreements in Central America**. Washington, D.C.: World Bank, 2011. p. 245-273.

GARCÍA, Maribel. La Cooperación Sur-Sur en el ALBA-TCP. In: MEDINA, Tahina Ojeda; MUÑOZ, Enara Echart (Comp.). **La Cooperación Sur-Sur en América Latina y el Caribe: Balance de una década (2008-2018)**. Buenos Aires: Clacso, 2019. 258 p.

GRIGSBY, Arturo. La Ley Nica nos coloca en una situación de alto riesgo. ¿Nos tocará repetir el mito de Sísifo?. **Envío**, Managua, v. 415, n. 1, p.1-8. Out. 2016. Disponível em: <<https://www.envio.org.ni/articulo/5258>>. Acesso em: 05 out. 2019.

HAKIM, Peter. Is Washington Losing Latin America? **Foreign Affairs**. Jan/fev. 2016. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/south-america/2006-01-01/washington-losing-latin-america>>. Acesso em: 30 de out de 2019.

HEGG, Manuel Ortega. Nicaragua 2006: el regreso del FSLN al poder. **Revista de Ciencia Política (santiago)**, [s.l.], v. 27, p.205-219, 2007. Disponível em:<http://www7.uc.cl/icp/revista/pdf/especial2007/12_NICARAGUA.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2019.

HENDRIX, Steven E. **The New Nicaragua: Lessons in Development, Democracy, and Nation-Building for the United States**. Santa Barbara: Abc-clio, 2009. 285 p

HERMANN, Charles F. Changing Course: When governments choose to redirect foreign policy. **International Studies Quarterly**, Storrs, v. 34, n. 1, p.3-21, mar. 1990.

IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

II CUMBRE DE PRESIDENTES CENTROAMERICANOS (Guatemala). **DECLARACIÓN DE ESQUIPULAS II. 1987.** Disponível em: <[https://www.minex.gob.gt/MDAA/DATA/MDAA/201011081120355191987-8-07%20%20REUNION%20ORDINARIA%20\(Esquipulas%20II\).pdf](https://www.minex.gob.gt/MDAA/DATA/MDAA/201011081120355191987-8-07%20%20REUNION%20ORDINARIA%20(Esquipulas%20II).pdf)>. Acesso em: 31 maio 2019.

JERVIS, Robert. Understanding the Bush Doctrine. **Political Science Quarterly**, v. 118, n. 3, p. 365-388, 2003.

KATZ, Cladio. La nueva estrategia imperial de Estados Unidos. In: GANDÁSEGUI, Marco A. (Org.). **Estados Unidos y la nueva correlación de fuerzas internacional**. Buenos Aires: Clasco, 2016. p. 129-144.

KORYBKO, Andrew. **Guerras Híbridas**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LAMBERT, Renaud. A onda rosa. **Le Monde Diplomatique**. [s.l.], p. 0-1. abr. 2010. Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/a-onda-rosa>>. Acesso em: 30 ago. 2019.

LATINOBAROMETRO. **Latinobarómetro Análisis de datos**. Disponível em:<<http://www.latinobarometro.org/latOnline>>. Acesso em: 28 ago. 2019.

LECHINI, G. **Reflexiones en torno a la Cooperación Sur-Sur**. In: MORASSO, C. DOVAL, G. P. **Argentina y Brasil: Proyecciones Internacionales, Cooperación Sur-Sur e Integración**, p. 14-25, 2012.

LESSA, Antônio Carlos. **História das Relações Internacionais: A Pax Britânica e o Mundo do Século XXI**. Petrópolis: Vozes, 2011.

LIMA, Sérgio Eduardo Moreira (Org.). **O Pragmatismo Responsável na Visão da Diplomacia e da Academia**. Brasília: Funag, 2018. 476 p.

MACIEL, Fred. FSLN e sandinismo: transformações, transições e democracia. In: AMARAL, Fernanda et al (Comp.). **El Desangramiento Latinoamericano: Un Panorama Político Contemporáneo Sobre La Reorganización Y La Reconfiguración Del Estado Neoliberal**. Bogotá: Sello Editorial Coruniamericana, 2018. p. 183-214.

MANZUR, Juan Carlos Morales. El antiimperialismo latinoamericano y sus aportes a las ideas de unidad continental. **Espacio Abierto**, Zulia, v. 25, n. 1, p.1-34, nov. 2016. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/jatsRepo/122/12246589008/html/index.html>>. Acesso em: 05 nov. 2019.

MEDINA, Tahina. La dimensión regional de la cooperación Sur-Sur. El caso del ALBA-TCP. In: LIMA, M.; MILANI, C.; MUÑOZ, E. (Ed.). **Cooperación Sur-Sur, Política Exterior y Modelos de Desarrollo en América Latina**. Buenos Aires: Clacso, 2016. 266 p.

MILAN, M. The financial crisis and the dollar hegemony. **Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 195-215, jan/jun. 2012.

MONTES, Edwin. Nicaragua en el contexto de la cooperación oficial externa: constructivismo y sanciones políticas. **Revista Humanismo y Cambio Social**, [s.l], v. 3, n. 1, p.101-117, maio 2014. Disponível em: <<https://www.lamjol.info/index.php/HCS/article/view/4908/4602>>. Acesso em: 10 set. 2019.

MORGENFELD, Leandro. Nuestra América frente a la reactualización de la doctrina Monroe. In: CASTORENA, Casandra; GANDÁSEGUI, Marco A.; MORGENFELD, Leandro (Org.). **Estados Unidos contra el mundo: Trump y la nueva geopolítica**. Buenos Aires: Clacso, 2018. p. 217-236.

MORRIS, R. **Documentos básicos de história dos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1956.

OECD. **Nicaragua**. 2019. Disponível em: <<https://oec.world/pt/profile/country/nic>>. Acesso em: 10 out. 2019.

OLIVEIRA, Felipe. The ebbing of the Pink Tide or permanent underdevelopment? Dependency theory meets uneven and combined development. **Centre For Global Political Economy**, Brighton, v. 14, n. 1, p.1-36, maio 2018.

ORTEGA, Daniel. **Discurso no Dia Internacional do Trabalhador**, Managua, 30 abril 2013. Disponível em: <<https://www.envio.org.ni/articulo/4683#arriba>>. Acesso em: 30 set. 2019.

ORTEGA, Daniel. **Discurso De Daniel en XIII Cumbre del ALBA-TCP**. Havana, 14 dez. 2014. Disponível em: <<https://librepenicmoncjoze.blogspot.com/2014/12/daniel-no-estamos-hablando-de-una-zona.html>>. Acesso em: 24 set. 2019.

ORTEGA, Daniel. **Discurso de Daniel en XV Cumbre del ALBA-TCP**. Caracas, 05 mar. 2018. Disponível em: <<https://www.lavozdelsandinismo.com/nicaragua/2018-03-06/discurso-del-presidente-comandante-daniel-ortega-la-xv-cumbre-del-alba-tcp-venezuela-05-03-2018-texto-integro/>>. Acesso em: 30 set. 2019.

PERALES, Iousu. O que acontece na Nicarágua? Perguntas e respostas do ponto de vista da esquerda. **Carta Maior**, 2018. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Pelo-Mundo/O-que-acontece-na-Nicaragua-Perguntas-e-respostas-do-ponto-de-vista-da-esquerda/6/41348>>. Acesso em: 30 set. 2019.

PÉREZ-BALTODANO, Andrés. Nicaragua: Se Consolida El Estado Por Derecho (Y Se Debilita El Estado De Derecho). **Revista de Ciencia Política**, Santiago., v. 30, n. 2, p.397-418, 2010.

PIVA, Marco. Nicaragua: A sombra de um novo golpe. **Revista Fórum**. 2018. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/forumweek/nicaragua-a-sombra-de-um-novo-golpe/>>. Acesso em: 15 out. 2019.

PRADO, Silvio. Nicaragua, La Transición Hacia El Pasado. In: AMARAL, Fernanda et al (Comp.). **El Desangramiento Latinoamericano: Un Panorama Político Contemporáneo Sobre La Reorganización Y La Reconfiguración Del Estado Neoliberal**. Bogotá: Sello Editorial Coruniamericana, 2018. p. 141-183.

PUIG, Salvador Martí I. El regreso del FSLN al poder: ¿Es posible hablar de realineamiento electoral en Nicaragua? **Política y Gobierno**, México, v. 15, n. 1, p.75-112, jan. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.org.mx/pdf/pyg/v15n1/v15n1a3.pdf>>>. Acesso em: 25 ago. 2019.

PUIG, Marti. Mutaciones orgánicas, adaptación y desinstitucionalización partidaria: el caso del Frente Sandinista de Liberación Nacional (FSLN), 1980-2006. **Revista de Estudios Políticos (nueva época)**, v. 143, 101-128, 2009.

PUIG, Salvador Martí I. Nicaragua: la consolidación de un régimen híbrido. **Revista de Ciencia Política**, [s.l], v. 33, n. 1, p.269-286, jan. 2016. Disponível em: <<https://scielo.conicyt.cl/pdf/revcipol/v33n1/art13.pdf>>. Acesso em: 07 set. 2019.

PUTNAM, Robert D. Diplomacia e Política Doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 147-174, jun. 2010.

REPÚBLICA DA NICARÁGUA. **Nota de Prensa del Gobierno de Nicaragua en rechazo a actuaciones de congresistas norteamericanos y ratificando nuestra vocación de Paz, Seguridad, Tranquilidad y Democracia**. Managua, 22 set 2016. Disponível em: <<https://www.el19digital.com/articulos/ver/titulo:46824-nota-de-prensa-del-gobierno-de-nicaragua-en-rechazo-a-actuaciones-de-congresistas-norteamericanos-y-ratificando-nuestra-vocacion-de-paz-seguridad-tranquilidad-y-democracia>>. Acesso em: 25 set. 2019.

REPÚBLICA DA NICARÁGUA. **Observaciones del Estado de Nicaragua Respecto al Proyecto de Informe de la Comisión Interamericana de Derechos Humanos Denominado “Derechos Humanos en el Marco de las Protestas Sociales en Nicaragua” con fecha de 18 de Junio 2018**. Managua, 21 jul. 2018. Disponível em: <<http://www.oas.org/es/cidh/decisiones/respuestas/RespuestaEstadoNicaraguajunio2018.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2019.

ROSETO, L.; BLANDÓN, M. Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América-Tratado de Comercio de los Pueblos (ALBA-TCP) un nuevo modelo de integración regional. **En Justicia**, 26, 26-43, 2014.

SACASA, Francisco Aguirre. Las relaciones entre Nicaragua y Estados Unidos en la era de Trump. **Envío**, Managua, v. 419, n. 1, p.1-4, fev. 2019. Disponível em: <<https://www.envio.org.ni/articulo/5292>>. Acesso em: 14 out. 2019.

SALAZAR, Luis Suárez. La política hacia América Latina y el Caribe de la segunda presidencia de Barack Obama. Una mirada desde la perspectiva crítica. In: GANDÁSEGUI, Marco A.

(Org.). **Estados Unidos y la nueva correlación de fuerzas internacional**. Buenos Aires: Clacso, 2016. p. 349-381.

SALINAS, Carlos. Daniel Ortega dá um golpe no Parlamento e toma todo o poder na Nicarágua. **El País**. 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/29/internacional/1469811779_708844.html>. Acesso em: 02 out. 2019.

SARFATI, Gilberto. **Teorias de Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2005.

SIERRA, J. La Unión de Naciones Suramericanas y la Alianza Bolivariana para los Pueblos de nuestra América: ¿otra década perdida? **Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad**. 12(2), 111-131, 2017.

SPALDING, Rose J. Los Empresarios Y El Estado Posrevolucionario: El Reordenamiento De Las Élités Y La Nueva Estrategia De Colaboración En Nicaragua. **Anuario de Estudios Centroamericanos**, San José, v. 43, n. 0, p.149-188, jul. 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.sa.cr/pdf/aec/v43/2215-4175-aec-43-149.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2019.

STATEN, Clifford L. **The History of Nicaragua**. Santa Barbara: Greenwood, 2010.

SYED, Nafees Asiya. The 3Ds of Foreign Affairs. **Harvard Political Review**. Set. 2010. Disponível em: <<http://harvardpolitics.com/arusa/the-3ds-of-foreign-affairs/>> . Acesso em: 31 out. 2019.

TILLERSON, Rex. **US Engagement in the Western Hemisphere**. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2t99I8I>>. Acesso em: 28 out. 2019.

TOUSSAINT, Eric. Nicarágua: **De 2007 a 2018, Daniel Ortega teve o apoio do FMI e desenvolveu uma política a favor do grande capital nacional e internacional**. 2018. Disponível em: <<http://www.cadtm.org/Nicaragua-De-2007-a-2018-Daniel-Ortega-teve-o-apoio-do-FMI-e-desenvolveu-uma#nb4>>. Acesso em: 08 out. 2018

TRADE MAP. **List of importing markets for the product exported by Nicaragua in 2018**. Product: TOTAL All products. 2019. Disponível em: <https://www.trademap.org/Country_SelProductCountry.aspx?nvpm=1%7c558%7c%7c%7c%7cTOTAL%7c%7c%7c2%7c1%7c1%7c2%7c1%7c%7c2%7c1%7c1>. Acesso em: 10 out. 2019.

USAID. **U.S. Foreign Aid by Country**. Disponível em: <https://explorer.usaid.gov/cd/NIC?measure=Obligations&fiscal_year=2006>. Acesso em: 30 ago. 2019.

VIGEVANI, Tullo; MAGNOTTA, Fernanda. Os atores externos: Agendas e estratégias dos Estados Unidos para a América Latina. **Pensamento Próprio**, [s.l], v. 44, n. 1, p.179-215, dez. 2016.

WUNDERICH, V. **Sandino, una biografía política**. Managua: IHNCA-UCA, 2010.

ZIMMERMANN, Matilde. **A Revolução Nicaraguense**. São Paulo: Editora Unesp, 2002.